



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CAMPUS TRINDADE
DEPARTAMENTO DE DIREITO
CURSO DE DIREITO

Amanda Corsani Dias de Oliveira

Título: A violência contra o feminino na queda da ordem patriarcal

Florianópolis

2023

Amanda Corsani Dias de Oliveira

Título: Da queda da ordem patriarcal à violência contra o feminino

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Direito.

Orientador: Prof., Dr. Matheus Felipe de Castro

Florianópolis

2023

Corsani Dias de Oliveira, Amanda

A violência contra o feminino na queda da ordem patriarcal / Amanda Corsani Dias de Oliveira ; orientador, Matheus Felipe de Castro, 2023.
69 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas, Graduação em Direito, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Direito. 2. Direito e Psicanálise. 3. Violência. 4. Feminino. 5. Queda do patriarcado. I. Castro, Matheus Felipe de. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Direito. III. Título.

Amanda Corsani Dias de Oliveira

A violência contra o feminino na queda da ordem patriarcal

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de bacharela em Direito e aprovado em sua forma final pelo Curso de Direito.

Sala 005 do Centro de Ciências Jurídicas, 1 de dezembro de 2023.

Coordenação do Curso

Banca examinadora

Prof. Matheus Felipe de Castro, Dr.

Orientador

Profa. Juliana Rego Silva, Me.

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Fred Mendes Stapazzoli Junior, Me.
Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Florianópolis, 2023.

A todos aqueles que gostam de palavras.

AGRADECIMENTOS

A minha família por me acompanhar em todo o percurso de ensino. Em especial aos meus pais, ao Vô Essi e à minha madrinha que sempre incentivou à leitura e ao senso crítico.

Às minhas parceiras desde o início da graduação, Julia e Pazin, obrigada pelo companheirismo e todo apoio desde o início dessa jornada. E às amigas especiais que o direito me proporcionou, Martina, Isabela e Glexandre. Ao Guilherme pela amizade de mais de dez anos. À Rafaela por todo carinho e companhia no percurso deste trabalho. À Nena e à Bruna por todos os encontros e diálogos tão importantes neste período, foi muito bom ter com quem falar da vida e de psicanálise.

Ainda sobre as amigas-família, agradeço à Claudinha, à Marcinha e à Liló, por todo amor, todas as trocas, todo o acolhimento que foram tão importantes na trajetória desse curso. Seguimos capazes de nos indignar com todas as injustiças cometidas no mundo, e que sorte assim criar amigas preciosíssimas. E aos meus irmãozinhos dados pela vida, obrigada por me apoiarem em mais uma etapa, Pedro e Nicolle, saber que tenho vocês para celebrar faz com que a vida ganhe mais graça a cada conquista, mal posso esperar pela próxima de vocês.

Ao Professor Matheus pelo diálogo e orientação nesta trajetória, principalmente, por propiciar meu encontro com a psicanálise, que despertou desejo e deu sentido a esta graduação, e por me inspirar a algum dia ser uma professora.

A banca examinadora que se propôs a ler este trabalho, Juliana e Fred, pela atenção e pelos ensinamentos.

E, por último mas com muita relevância, aos meus companheiros de trabalho, Hiago, Victor, Antonio, Claudinha, Edemiler, Rafa, Sergio, Afrânio, Pedro e, principalmente, Stella, pelo apoio no percurso dessa escrita e por me ensinarem o bom humor frente às vociferações, com o amor de acreditar na mudança.

Com a psicanálise, enfim, aprendemos a caminhar não sem a violência, mas a dar um passo a mais e convidá-la a falar uma nova língua. (Guerra, 2014)

RESUMO

A violência contra a mulher e as pessoas LGBTQIA+ na contemporaneidade é expressiva, o que é contra intuitivo tendo em perspectiva que cada vez mais se debate sobre a existência e os direitos, bem como há movimentos culturais de maior aceitação e empoderamento dos sujeitos compreendidos nesses grupos. O presente trabalho se funda a partir da interrogação sobre a existência de uma relação entre a queda da ordem patriarcal e a violência contra esses sujeitos. Para averiguar essa relação, realizou-se uma breve contextualização histórica do que seria a queda da ordem patriarcal, olhando para os direitos conquistados pelos sujeitos alvo dessa violência; verificar se a violência contemporânea emerge da decomposição dessa ordem; e investigar se e por que essa violência se direciona contra esses sujeitos. O método utilizado é a revisão bibliográfica, a partir do marco teórico da psicanálise lacaniana e freudiana. Ao final, conclui-se que há sim uma relação entre a decomposição da ordem patriarcal e a violência sistêmica contra esses sujeitos que em comum partilham o feminino psicanalítico.

Palavras-chave: Violência; mulheres; direito e psicanálise; ódio; declínio da ordem patriarcal; contemporaneidade; psicanálise; identificações; vociferações; escassez simbólica.

ABSTRACT

Violence against women and LGBTQIA+ people in contemporary times is significant, which is counterintuitive considering the increasing debate about existence and rights, as well as cultural movements fostering greater acceptance and empowerment of individuals within these groups. The present work is based on an interrogation regarding the existence of a relationship between the fall of the patriarchal order and violence against these subjects. To investigate this relationship, which is the main objective, the following specific objectives were outlined: to provide a brief historical contextualization of what the fall of the patriarchal order would be, considering the rights achieved by the subjects targeted by this violence; to verify whether contemporary violence emerges from the decomposition of this order; and to investigate whether and why this violence is directed against these subjects. The method used is a bibliographic review, based on the theoretical framework of Lacanian and Freudian psychoanalysis. In the end, it is concluded that there is a relationship between the decomposition of the patriarchal order and systemic violence against these subjects who share the psychoanalytic feminine in common.

Keywords: Violence; women; law and psychoanalysis; hatred; decline of the patriarchal order; contemporaneity; psychoanalysis; identifications; vociferations; symbolic scarcity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Primeira página edição nº25 do Lampion da esquina	11
Figura 2 – Lugares	43
Figura 3 – Os quatro discursos	44
Figura 4 – O discurso do mestre	44
Figura 5 – O discurso do capitalista	45
Figura 6 – Recorte do discurso do capitalista	46
Figura 7 – O discurso da estupidez	47
Figura 8 – Banda de Moebius	53
Figura 9 – Tábua da sexuação	54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LGBT+ Lesbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais e mais as identidades que se identificam com a comunidade

LGBTQIA + Lesbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais e mais as identidades que se identificam com a comunidade

HIV Human immunodeficiency virus

ACNUDH Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos

SUMÁRIO

Introdução.....	12
1. Ordem patriarcal e sua queda.....	14
1.1 Uma breve contextualização histórica.....	15
1.2 Contribuições da psicanálise.....	24
1.2.1 Uma compreensão para além dos vieses nostálgicos.....	25
1.2.2 O esforço de retorno ao pai e o desamparo da linguagem.....	28
2. A reação e o ódio.....	32
2.1 A violência na fala e o esvaziamento do simbólico.....	33
2.1.1 A voz e as vociferações.....	34
2.1.2 O ponto surdo e a metaforização.....	36
2.1.3 Os fracassos do ponto surdo, o ódio e a atualidade.....	38
2.1.4 O discurso do capitalista e o funcionamento do discurso da estupidez.....	42
2.2 As identificações e a violência.....	48
3. A quem a violência se destina.....	53
3.1 A heresia.....	53
3.2 Corpos atravessados pelo feminino.....	55
Conclusão.....	60
Referências bibliográficas.....	62

Introdução

A ascensão de grupos misóginos em tempos de declínio da imagem paterna, através do questionamento do sistema patriarcal, faz notar um contra movimento por parte de grupos reacionários e indivíduos filiados a suas ideias. Nota-se, portanto, um contraste entre a crescente promoção de campanhas de conscientização acerca da importância do combate à violência contra a mulher, também políticas públicas nesse sentido, as mulheres ocuparem lugares no mercado de trabalho, o que sugere emancipação; e os dados apontarem que em países como o Brasil, os índices de feminicídio cresceram nos últimos anos - de acordo com o Monitor da Violência¹. Os índices de violência contra mulheres são expressivos no Brasil, que ocupa o 5º lugar no ranking mundial de feminicídio segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), conforme dados de 2021.

A conquista de direitos por parte da população LGBTQ+² e os avanços sociais no que tange a inclusão social desses indivíduos também contrasta com a violência direcionada contra essa população. O Brasil registra em média duas mortes de pessoas LGBTQ+ a cada três dias, ou uma morte a cada 32 horas, em 2022, os dados são do dossiê do Observatório de Mortes e Violências contra LGBTQ+ no Brasil³. A violência contra esses grupos não mostra tendência gráfica à diminuição, dentre as vítimas, mais de 50% possuem identidade⁴ transgênero. O Brasil é o país com mais mortes LGBTQ+ no mundo.

A violência não se resume na passagem ao ato do homicídio ou da lesão física contra as mulheres e grupos LGBTQ+. Ela emerge enquanto um esforço de retorno à ordem e perpassa discursos em ascensão em tempos hodiernos, como se pode observar na produção discursiva e

¹ O Monitor da Violência é uma parceria entre o G1, o Núcleo de Estudos da Violência da USP e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que existe desde setembro de 2017 com o objetivo discutir a questão da violência no país e apontar caminhos para combatê-la. Informações da divulgação dos dados de feminicídio disponíveis em <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2023/03/08/brasil-bate-recorde-de-feminicidios-em-2022-com-uma-mulher-morta-a-cada-6-horas.ghtml>

² Atualmente, a sigla mais representativa para a comunidade é LGBTQAPN+, incluindo expressamente letras representativas para as pessoas assexuais, pansexuais e não-binárias. No entanto, como a metodologia do trabalho consiste em análise bibliográfica e boa parte das produções contém a sigla “LGBT”, me referi à comunidade enquanto “LGBT+”, de forma a preservar a intenção dos autores e contemplar, mesmo que por sugestão, as diversas identidades pertencentes à comunidade que sofrem as referidas violências apontadas neste texto.

³ O dossiê é de autoria da Associação Acontece LGBTQI+, pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) e pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT). Disponível em <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtbrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2022/>

⁴ Categoria política, síntese de identificações em curso, que se faz necessária como defesa de um grupo ou coletividade. (Souza Santos, 1999)

audiovisual de indivíduos que buscam representação em grupos misóginos como é o caso do movimento *redpill*⁵.

As tentativas de políticas públicas e o maior debate sobre o tema nas mais variadas esferas remetem ao problema da decomposição da ordem patriarcal, problema bastante contemplado pela psicanálise de orientação lacaniana. Tornando, assim, pertinentes as contribuições do campo da psicanálise ao tema que é contemplado pelo direito.

O presente trabalho se funda no questionamento a respeito do crescimento e perpetuação da violência contra as mulheres e grupos minoritários⁶ em tempos de ascensão do feminino e de maior exaltação da diversidade, o que é contra intuitivo. E se sustenta na hipótese de que a decadência da ordem patriarcal provoca reação conservadora violenta como forma de restaurar a ordem, ou, ainda, como efeito de um tempo regido pelo discurso do capitalista.

O foco deste trabalho é violência contra a mulher e grupos LGBT+, grupos que, para a psicanálise, têm em comum o feminino psicanalítico, conceito que dá conta de englobar corpos atravessados por uma experiência de gozo que causa estranhamento e horror. (Silveira; Silva; Leiria, 2023)

Diante desse problema sistêmico da violência especular contra as mulheres e pessoas LGBT+, é possível essa violência esteja relacionada aos desdobramentos psíquicos e sociais da queda da ordem patriarcal. Se demonstra, então, pertinente explorar o tema da queda da ordem patriarcal, lançada a hipótese de uma correlação entre ela e a violência atual contra esses sujeitos.

⁵ Movimento misóginos formado por homens em fóruns online, que se apropria de um conceito apresentado no filme *Matrix* para divulgar pseudociência, buscando legitimar discursos de ódio. < <https://revistagalileu.globo.com/sociedade/noticia/2023/03/como-o-movimento-misogino-redpill-deturpa-conceito-do-filme-matrix.ghtml>>

⁶ Conceito de minoria não se caracteriza essencialmente a termos numéricos, mas pela sua situação de dependência ou não-dominância em relação a um outro grupo majoritário. (Chaves, 1971). O termo minorias ou grupos minoritários neste trabalho carregará este significado sociológico, se referindo à população LGBT+.

1. Ordem patriarcal e sua queda

A violência, no paradigma proposto pelo sociólogo Wiewiorka (1997), pode ser diferenciada por violência no conflito e na crise. A primeira seria a violência que se instauraria como instrumento de interação entre os agentes que opõem, que reconhecem como comum seus problemas, mas que fazem parte de um sistema de vida. A segunda, a violência na crise, se apresenta como elemento disruptivo de um sistema com dificuldade, que não se reconhece mais. “Nele ocorre uma multiplicação de antiatores, indivíduos ou grupos se sentem negados e a violência emerge anônima, sem localização, sem figuração, numa espécie de não relação.” (Guerra, 2014, p. 28)

O primeiro tipo de violência, apesar de também não legítimo, apresenta uma justificativa, um *télos*⁷ e a segunda seria uma violência especular que representa a crise (Guerra, 2014, p. 29). Entende-se, a partir dos dados da alta incidência de violência contra as mulheres e pessoas LGBTQ+, que se trata de uma violência na crise. O que nos leva a relevância do olhar da psicanálise ao problema da violência, ela nos guia pelas confluências da violência com *télos* e a violência especular, uma vez que o problema da violência contra as mulheres e contra as pessoas LGBTQ+ parte de uma crise sistêmica e, ao mesmo tempo, se opera na interação entre indivíduos que conjecturam um mesmo sistema de vida.

Bom, a partir da psicanálise, discutimos o que seria o horizonte ético, o *télos*, de uma ação violenta, na medida em que somos forçados a entender que há sempre *télos* na violência. Se ele não é seu horizonte, é seu ponto de causa, seu contexto, seu plano de fundo. O mundo não é sem a violência. (Guerra, 2014, p. 28)

A violência sem sentido contra as mulheres e as pessoas LGBTQ+ como expressada na atualidade pode ter seu *télos* no declínio da ordem patriarcal. Essa hipótese se funda pelo motivo de que o colapso da ordem familiar tradicional burguesa, patriarcal, mexe nas estruturas psíquicas uma vez que a família é núcleo que preside processos fundamentais de desenvolvimento psíquico, transmitindo estruturas de comportamento e representação cujo

⁷ “Costuma-se traduzir *telos* por meta, fim, finalidade. Todavia *telos* não diz nem a meta a que se dirige a ação, nem o fim em que a ação finda, nem a finalidade a que serve a ação. *Telos* é o sentido, enquanto sentido implica princípio de desenvolvimento, vigor de vida, plenitude de estruturação” Leão, 1992, p. 156. Aqui utilizaremos *telos* no sentido aristotélico, enquanto o sentido, utilizando do conceito para explorar por que se desenvolve essa violência.

jogo ultrapassa os limites psíquicos (Lacan, 2008). A família, portanto, é instituição causadora de uma continuidade psíquica, que antes ilustrada pelo Édipo freudiano, conjuntura na qual a função do pai está ligada à prevalência da família paternalista; e posteriormente traduzida por Lacan por nome-do-pai, significante que dá conta de fazer o retorno à Freud, apontando para a pluralização (Alvarenga, 2015, p.6). Assim, Lacan deixa de sugerir, pelo menos expressamente, o agente no pai como homem, provavelmente integrante de um casal heterossexual e ilustra de maneira mais explícita a triangularização responsável pela castração principalmente em tempos atuais, quando há uma pluralidade de arranjos familiares possíveis.

A pluralização dos nomes do pai e das formas familiares, de diferentes maneiras de constituição da família e de formas de existir é o apontado como a queda dessa ordem nesse trabalho. Assim, a breve contextualização histórica que segue ilustra o que seria essa queda da ordem, levantando marcos históricos relevantes para tanto.

1.1 Uma breve contextualização histórica

Para explorar o tema da ordem patriarcal e sua queda, que se espelha através da pluralização enquanto novas formas de viver, novos arranjos familiares, é pertinente fixar o marco inicial da explanação na segunda metade do século XIX, também explorando os acontecimentos prévios que preparam esse cenário. Isto porque, os termos patriarcado e matriarcado tiveram extensão considerável nos discursos antropológicos a partir desse período. A intenção dessa produção não era descrever formas de funcionamento real das sociedades, mas das formas de soberania burguesa fundada na autoridade paterna e no poder das mães. (Roudinesco, 2003, p. 20)

A abolição da monarquia reorganizou a soberania da sociedade patriarcal. Após o regicídio da Revolução Francesa, o pai da sociedade burguesa não se assemelhava mais a um Deus soberano, agora esse pertence a território privado. Esse pai, então, reconquistava sua dignidade tornando-se o patriarca do empreendimento industrial. O modelo de iconografia cristã do pai na sociedade burguesa mais combinava com José do que com o Deus onipotente, como diz Elizabeth Roudinesco:

Comunidade de trabalhadores — homens, mulheres e crianças —, a família econômica, que caracterizou a idade de ouro do paternalismo europeu, extraiu seus modelos de uma iconografia cristã dominada pela figura de José, o artesão carpinteiro, mais próximo de seu círculo

do que o monarca de outrora, que reinava abstratamente sobre o corpo de seus súditos. Autocrata mas desprovido de atributos divinos, o pater familias da coletividade industrial teve como missão corrigir a selvageria de um capitalismo sem limites: "O patrão, como outrora o pai, escreve Alain Cabantous, defenderá portanto o operário contra as agressões do mundo circundante, garantindo-lhe trabalho e habitação; irá protegê-lo também contra ele próprio, colocando à sua disposição serviços de saúde. No seio desse espaço coletivo e vigiado, onde impõe suas práticas sociais, o padre-padrone assimila vida privada e vida de trabalho, família biológica e família econômica, para melhor garantir seu poder." Tanto no coração de seu lar como no de sua empresa, esse pai é um pai mais real que simbólico, sendo senhor de sua domesticidade apenas no sentido de que sabe impor limites ao exercício da onipotência do feminino, sejam mães ou mulheres misturadas.

A ordem familiar econômico-burguesa repousa portanto em três fundamentos: a autoridade do marido, a subordinação das mulheres, a dependência dos filhos. (2003, p. 21)

Mesmo que a paternidade ainda exerça função autoritária, ela foi subordinada à fragmentação. A nova figura paterna se reconfigurou progressivamente, acompanhando mudanças políticas e respeitando os novos direitos adquiridos na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Nesse novo paradigma, o casamento mudou de natureza, não sendo mais uma união indissolúvel da família pactuada perante a presença divina, se tornando um contrato consentido entre um homem e uma mulher. Isso abriu caminhos para o que o direito ao divórcio pudesse ser alcançado, o que aconteceu na França em 1792, apenas três anos após a publicação da Declaração dos Direitos do Homem e Cidadão.

O direito ao divórcio na França foi abolido pela Restauração e definitivamente conquistado em 1884. Em seguida, o ano de 1889 marcou a França pela entrada de leis sobre a decadência do poder patriarcal, proibindo os pais indignos de infringirem a seus filhos castigos injustos, por exemplo. Em 1935 foi abolida completamente a correção paterna. Ainda ilustrando a decadência patriarcal no continente Europeu, a imagem do pai na produção cultural é de representação contraditória da paternidade

O Brasil acompanhou o movimento republicano. Após a proclamação da República, em 1889, temos o período da Belle Époque vigente no Brasil entre 1890 e 1920, representando o período em que a ordem burguesa já estava consolidada. Ela implica na modernização do país. Para além da destituição da monarquia no Brasil também, que refletia no sistema patriarcal, como descrito acima, é bem verdade que as diferentes classes sociais implicavam em diferentes arranjos familiares e, conseqüentemente, rachaduras no sistema patriarcal sólido herdado do sistema monarca. (Soihet, 2004, p. 424-425)

Não é à toa que a multiplicidade de formas na organização familiar dos populares, inúmeras chefiadas por mulheres sós, gerava preocupação. Era essencial que os moldes da família burguesa, que contava com um patriarca, fosse implementado entre os trabalhadores. Tanto porque o regime capitalista se instaurava na supressão do escravismo e o custo de reprodução do trabalho era calculado na contribuição não remunerada e não reconhecida do trabalho doméstico das mulheres; quanto porque as concepções morais das mulheres pobres representavam perigo à moralidade da sociedade em formação. Para elas eram direcionadas as leis penais e a violência. (Soihet, 2004, p. 424-425)

Observa-se, portanto, que os pontos sensíveis da decadência da ordem patriarcal não estão distribuídos de forma homogênea em todo o corpo social. Na verdade, em extratos mais populares da sociedade sequer havia o que se desconstituir no que diz respeito à figura absoluta do pai, tendo em vista a ausência deste em variados arranjos familiares. O discurso jurídico, no entanto, permanece descolado desses extratos, enfatizando sua tutela a eles na esfera penal como supracitado.

A conquista de direitos por parte de outros grupos não contemplados pela ordem patriarcal vigente no Brasil tomou desenvolvimento. Em 1910 existiu o primeiro partido político feminino da história do país; em 1932 as mulheres conquistaram o direito ao voto. A cidadania política das mulheres brasileiras foi conquistada ainda antes do que em alguns países europeus como França e Itália. (Giulani, 2004, p. 753)

O Código Civil de 1916 ainda previa a expressão *pátrio poder*⁸, constituindo o patriarca como detentor do poder centralizador dos vários tipos de relação, o patriarca era legalmente o núcleo econômico e o núcleo de poder familiar. No Código Civil seguinte, ou seja, apenas em 2002, tem redação mais plural e democrática ao extinguir o termo *pátrio poder*, substituindo-o por poder familiar. (Barros *et al.*, 2020)

A década de 1950 acompanhou um crescimento da classe média no Brasil, após a Segunda Guerra Mundial, o país viveu um período de crescimento urbano e de

⁸ De etimologia latina referente ao poder paterno.

industrialização. A democracia era um valor em ascensão nos discursos políticos. As práticas sociais e familiares sofriam modificações. (Bassanezi, 2004, p. 711)

O casamento há tempos já tinha caráter contratual consentido, não representando uma união absolutamente indissolúvel. Ele já carregava a ideia de amor e questões como a felicidade conjugal eram relevantes para os casais da época, essa era medida com o ponto de referência de um marido satisfeito, a felicidade da esposa viria como consequência da satisfação de seu marido. Até então, o desquite era a única opção de separação dos casais, ele não dissolvia os laços conjugais e não permitia a criação de novos. Às mulheres desquitadas, recaiam os preconceitos da sociedade e a impossibilidade de viverem novas relações sob a pressão social e o perigo de perder a guarda de seus filhos, sempre sob vigilância social constante. Aos homens desquitados, controle social brando e possibilidade de se relacionar com outra mulher sem manchar a sua reputação. (Bassanezi, 2004, p. 743)

O núcleo do poder familiar e referencial de estado de um casamento na sociedade estava concentrado no pai da família. No entanto, tanto o desenvolvimento, a urbanização e época de ascensão de ideais humanitaristas pós Segunda Guerra Mundial, os exemplos de outros países e a falha do então sistema de matrimônio, efervesceram a discussão a respeito do divórcio no Brasil. As opiniões antivorcistas prevaleceram nos anos dourados, seus principais argumentos eram ‘o direito a uma segunda chance’, invocavam o divino para sugerir que seria absurdo separar a mãe dos filhos e de que o divórcio fomentaria a separação dos casais, quebrando o princípio de coesão vital para a família. (Bassanezi, 2004, p. 744)

No ano de 1962 foi criado o Estatuto da Mulher Casada que permitia que as mulheres casadas não dependessem da autorização do marido para trabalhar, desconstituindo aos poucos o *patrio poder*.

Em conformidade com o dito anteriormente, as mulheres pobres sempre trabalharam fora de casa, o estereótipo de que a conquista do trabalho foi disruptivo se apoia principalmente em valores da elite colonial, muitas vezes espelhado nos relatos de viajantes europeus. As mulheres, no ano de 1900 já ultrapassavam a marca de 40% da população economicamente ativa em estados como o Rio Grande do Sul, ocupando espaço nos serviços domésticos, mas também na indústria manufatureira, por exemplo. (Fonseca, 2004, p. 604 - 605)

De qualquer forma, o marco da liberdade da mulher casada não depender de autorização do marido para exercer atividade laboral, estabelecido no Brasil pela Lei 4.121/1962, demonstra mais um sinal de destituição dos poderes do pai na família contemporânea. Nesse tema, no ano de 1974 foi aprovada a Lei de Igualdade de Oportunidade

de Crédito, que garantia que as mulheres não precisassem mais estar na presença de um homem para poder adquirir um cartão de crédito, anteriormente, independente de seu estado civil, elas apenas o conseguiriam pela assinatura de um homem.

O direito ao divórcio foi instituído pela Emenda Constitucional nº 9, de 28 de junho de 1977, ainda em período ditatorial, e ajudou a dissolver os dispositivos legais e sociais que perpetuavam a lógica que colocava a mulher, até então desquitada, em desvantagem em relação ao homem.

Posteriormente, a Constituição de 1988 reconheceu a igualdade formal entre homens e mulheres. Ainda nos resquícios da legislação do século anterior, apenas em 2002 com a promulgação do último Código Civil deixou de ser motivo de anulação do casamento a falta de virgindade da mulher.

Das últimas conquistas de direitos que promovem algum movimento em sentido à decadência da ordem patriarcal por parte das mulheres, ou, pelo menos, à sua segurança contra o contra movimento de conservação da ordem, destacam-se a Lei Maria da Penha de 2006, que, além de tratar da violência doméstica, tipifica criminalmente o estupro marital, o que expressamente coloca limites no *patrio poder*, além disso, a sua redação em seu art. 2º enfatiza a sua tutela a todas as mulheres independente de classe, raça, etnia, cultura, nível educacional e orientação sexual. (Brasil, 2006); a Lei 13.104/2015, que tornou o Femicídio modalidade de homicídio qualificado e, conseqüentemente, tornando-o um crime hediondo; a criminalização da importunação sexual pela Lei nº 13.718/2018; e a Lei 14.192/21 que estabelece normas para prevenir violência política contra a mulher.

A queda da ordem patriarcal, pelo menos em relação ao patriarcado como o mundo ocidental se acostumara na sociedade pré segunda metade do século XIX, abriu espaço para a pluralização de formas de existência. Isso não se deu apenas pelas conquistas de direitos por parte das mulheres na história e rearranjos dos papéis sociais do homem e das mulheres. Outro fator importante para o esvaziamento do pai na sociedade contemporânea foi a emergência de grupos LGBT, cuja existência implica em arranjos familiares alternativos ao chamado modelo tradicional da família paternalista.

Colocando em perspectiva histórica, um evento de muita relevância para luta pelos direitos humanos por parte da população LGBT foi o fato conhecido como *Stonewall Uprising*. A conhecida revolta de Stonewall se deu em 1969, contexto em que a homossexualidade era criminalizada e seus adptos tratados como psicopatas promíscuos e doentes mentais. Estamos falando de uma época em que havia clínicas de “tratamento” para homossexuais em funcionamento cujos procedimentos oferecidos envolviam aplicação de

choques, esterilização, castração e lobotomia. A revolta de Stonewall, então, foi disruptiva no que se refere à reivindicação social dos direitos da população LGBT, desencadeando protestos espontâneos realizados por LGBTs nos Estados Unidos da América. (Gorisch, 2013, p. 14)

O chamado “movimento homófilo”⁹ já tinha força ao reunir intelectuais que construíam uma defesa aos direitos homossexuais na Europa e nos Estados Unidos, há uma tendência na luta por esses direitos a partir da década de 1960 no norte ocidental. No Brasil, no entanto, a luta por direitos humanos LGBT, aconteceu de forma mais tardia. (Prado e Machado, 2008). O país passava pelo período ditatorial de sua história, entretanto, a partir do abrandamento da censura ocasionado pela abertura política do ano de 1978, o jornal *Lampião da Esquina* apareceu em circulação como um dos expoentes difusores de ideias progressistas. Editado no Rio de Janeiro, produzido por artistas e intelectuais brasileiros e homossexuais, o *Lampião da Esquina* desafiava a censura, seus textos abordaram o tema da homossexualidade de maneira positiva e não pejorativa, buscando alianças com as demais “minorias”, como os negros, as feministas, os índios e o movimento ecológico. (Fry, 1993, p. 11)

Figura 1 - Primeira página edição nº25 do *Lampião da esquina*



⁹ “(...)o termo homófilo, emerge uma heterogeneidade de termos que buscam aglutinar e descrever demandas e identidades distintas, tais como gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transsexuais e transgêneros, que são a porta de entrada para acessarmos e compreendermos estes movimentos hoje.” “O uso da palavra homófilo, em vez de homossexual, era uma tentativa de enfatizar mais o amor entre pessoas do mesmo sexo do que simplesmente os comportamentos sexuais.” (Prado e Machado, 2008, p. 93)

Fonte: Grupo Dignidade¹⁰

A homossexualidade não era criminalizada desde o Código Penal do Império de 1830, que, ao entrar em vigor, removeu das leis brasileiras o crime de sodomia herdado do ordenamento português (Bonfim, 2011). Com exceção do Código Penal Militar, instituído pelo Decreto-lei n. 1.001 de 1969, que criminalizava a prática homossexual em local sujeito à administração militar, ela sequer era mencionada na legislação brasileira à época da circulação do jornal *Lampião da Esquina*. Entretanto, no ano de 1979, foi instaurado um inquérito policial contra os seus editores sob a imputação penal de infringir a Lei de Imprensa por contrariar a “moral e os bons costumes”. As ações policiais e judiciárias foram posteriormente arquivadas após trâmites legais complicados, os membros do corpo editorial do *Lampião* foram defendidos pelos advogados do Sindicato dos Jornalistas. (Fry, 1993)

A breve história do *Lampião da Esquina*, tirado de circulação em 1981, e o incômodo causado pelo jornal demonstra como a homossexualidade no Brasil deixava de ser objeto apenas de escárnio, começando a ser reconhecida a legitimidade de suas reivindicações.

Acompanhando o reaparecimento de diversos movimentos democráticos, o então chamado “movimento Gay” no Brasil, se desenvolveu na década de 1980. Em 1979, “SOMOS - Grupo de Afirmação Homossexual” apareceu em um debate sobre as minorias, promovido na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. O debate marcou mais uma vez a crescente importância do movimento homossexual como interlocutor legítimo na discussão dos grandes assuntos nacionais por consequência disso, essa experiência aumentou a confiança dos participantes, dando impulso à formação de outros grupos similares em São Paulo e outras cidades de variados estados. No ano seguinte, os grupos se encontraram para discutir à respeito da identidade homossexual e suas relações com os partidos políticos. (Fry, 1993, p 12-13)

Nesse contexto, o Grupo Gay da Bahia, que resolveu adotar a nomenclatura estadunidense, promoveu uma campanha relevante com o fim de revogar o item 302.0 do código do INPS, que classificava o “homossexualismo”¹¹ como desvio mental. A importância

¹⁰ Grupo Dignidade foi fundado em 1992 em Curitiba, sendo o primeiro grupo organizado no estado a atuar na área da promoção da cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexo (LGBTI+). As áreas de atuação prioritárias do Grupo Dignidade incluem a interação e o atendimento à comunidade LGBTI+, inclusive no que diz respeito à prevenção do HIV e das ISTs, a atuação contra a discriminação e a realização de ações de advocacy para políticas públicas afirmativas para a população LGBTI+. Imagem disponível em <https://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/#>

¹¹ Homossexualismo In.: Dicionário Michels Online, São Paulo: Melhoramentos. “Termo em desuso para prática de atos homossexuais. ETIMOLOGIA: *der* de *homossexual*+*ismo*, como *ingl* *homosexualism*.” Em desuso em razão do sufixo “ismo” no meio médico remeter à doença. O “homossexualismo” foi retirado da CID 10 pela Organização Mundial de Saúde em 1990.

desta iniciativa se deve ao fato desta classificação do INPS¹² ser uma das únicas instâncias onde se discrimina oficialmente a homossexualidade no Brasil. A campanha se alastrou pelo país, atingindo milhares de colaboradores para seu abaixo-assinado, dentre os quais se destacavam pessoas não integrantes da comunidade LGBT, como o apoio oficial de entidades como a Associação Brasileira de Antropologia e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. (Fry, 1993, p. 17) E teve seu êxito, no início dos anos 1980, o Conselho Federal de Medicina retirou o “homossexualismo” do código de doenças utilizado no Brasil. (Facchini, 2018, p. 318)

O antropólogo Peter Fry aponta o fato da imprensa dar mais espaço ao assunto. A partir da década de 1990, já existiam personagens midiáticos populares e assumidamente homossexuais, como o Painho de Chico Anysio (Chico, 1982); o Jô Soares em seu papel Capitão Gay, um super herói homossexual, sempre acompanhado de seu fiel escudeiro Carlos Sueley (Viva, 1981). O estigma em cima da homossexualidade diminuiu de maneira inversamente proporcional à sua visibilidade.

Muita gente acredita que houve um aumento da homossexualidade, mas não se pode confundir a existência de um fenômeno com sua visibilidade social. Não há evidência nenhuma de que a homossexualidade aumentou. O que aconteceu, isto sim, é que com a gradual redução do estigma social, ela se esconde menos e se assume mais. (Fry, 1993, p. 18)

O movimento não obteve suas conquistas sob reações pacíficas, a violência policial à época da aparição pública do SOMOS. Havia batidas policiais em reuniões, prisões ilegais e brutalidade empregada principalmente contra travestis. A militância contra esse tipo de política de limpeza moralizante muitas vezes se dava por meio de palavras de ordem do tipo “Richetti¹³ é louca, ela dorme de touca”. A gozação sobre assuntos sérios foi alvo de crítica por setores de oposição mais tradicionais, no entanto, mantida pela militância homossexual. Esses enunciados “refletiam a natureza profundamente subversiva e anarquizante da experiência homossexual sempre disposta a questionar os valores sagrados tanto da direita quanto da esquerda, expondo-os ao ridículo”(Fry, p. 16).

¹² Instituto Nacional da Previdência Social. Criado em 1966, fruto da “(...) fusão institutos de aposentadorias e pensões (os denominados IAPs) de diferentes categorias profissionais organizadas (bancários, comerciários, industriários, dentre outros), que posteriormente foi desdobrado em Instituto de Administração da Previdência Social (IAPAS), Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS).” (Souza, 2002)

¹³ José Wilson Richetti, delegado de polícia da seccional do Centro de São Paulo, responsável pelas políticas de limpeza referenciadas. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/lgbt-e-prostitutas-denunciam-violencia>>

Nos anos 80, houve uma redução no número de grupos militantes. A luta contra a epidemia do HIV, resultando em reivindicações ao direito à vida levaram demandas referentes a não discriminação quanto a *orientação sexual* para a Constituinte de 1987-1988, foi nesse contexto que se colocou em cena a mobilização da categoria *orientação sexual*, que buscava apaziguar as tensões em torno de tomar a categoria homossexualidade como um substantivo (Facchini, 2018, p. 319)

A partir dos anos 1990, após a reabertura democrática, emergem na agenda política brasileira as primeiras referências do que viria a ser chamado de ações afirmativas. Focadas na “(...)redução das desigualdades de gênero, no combate ao racismo e nas políticas envolvendo outros recortes populacionais, como é o caso de juventude, idosos e LGBT.” (Facchini, 2009, p. 315) Foi a partir desse momento que se intensificou o aprendizado do movimento no diálogo socio-estatal, aprofundando a sua incidência política. Assim, intensificaram-se os lançamentos de candidaturas, criação de projetos de lei, participação em espaços de diálogo socio-estatal, como comitês e conselhos e, posteriormente, nas conferências destinadas a embasar a formulação e a avaliação de políticas públicas. A ordem do movimento, então, se estabilizou em 2008, na I Conferência Nacional de Políticas para LGBT, em 2008, com a adoção da formulação LGBT - lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. (Facchini, 2018, p. 319 - 320)

A equiparação de direitos em relação às configurações heterossexuais foi sendo construída. Em 2011, ocorreu a equiparação da união estável homoafetiva à união estável heteroafetiva, resultado do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n. 4.277 e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. A união homoafetiva foi então conquistada no Brasil. Para além disso, em 2019 a homotransfobia foi criminalizada no país pelo Supremo Tribunal Federal a partir do julgamento do Mandado de Injunção n. 4.733 e da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão n. 26. (Buzolin, 2022, p.)

A representação midiática da população LGBT continuou com personagens queridos de pouco a pouco menos estigmatizados como as jovens Lica (Manoela Aliperti) e Samantha (Giovanna Grigio) em “Malhação Viva a Diferença”; Leonardo e Gabriel, protagonistas do longa “Hoje eu quero voltar sozinho”; o jovem trans Ivan que viveu o processo de transição na novela “A Força do Querer” exibida em horário nobre no ano de 2017; dentre os personagens há os que inclusive constituíam família, como o casal Clara e Marina interpretado por Giovanna Antonelli e Tainá Müller na novela “Em Família”, exibida em 2014. Para além da ficção, há figuras públicas constróem representatividade para a comunidade LGBT e mostram para a sociedade em geral conjunturas de relacionamento e

família alternativas à chamada “família tradicional”, como o exemplo do querido e falecido artista Paulo Gustavo, seu último filme foi a comédia com maior público da história nacional¹⁴, e seu viúvo, Thales Bretas, também homossexual, ainda é figura pública e se comunica pelas redes sociais com seu grande público sobre assuntos como paternidade e a família conjecturada por ele, Paulo e seus dois filhos.

Esse cenário de mais direitos e as práticas sociais distintas das pretéritas por parte das mulheres e das pessoas LGBT, mostra uma pluralidade de possibilidades de conjunturas familiares e de formas de existência na contemporaneidade.

1.2 Contribuições da psicanálise

A psicanálise pode contribuir para a discussão sobre a violência, tendo em vista o nexo causal entre a decadência da família patriarcal e o aumento da violência contra as mulheres e a população LGBT+, assunto que move a política. A definição de política em relação à psicanálise em Lacan retoma o que este disse no Seminário 18:

O fato de o sintoma instituir a ordem pela qual se confirma nossa política - foi esse o passo que ela deu - implica, por outro lado, que tudo o que se articula dessa ordem é passível de interpretação. Por isso é que tem toda razão quem põe a psicanálise à frente da política. E poderia não ser nada fácil, para o que da política fez boa figura até aqui, se a psicanálise se revelasse mais esperta. (Lacan, 2009 , p. 115)

Portanto, em psicanálise, a política é a "política do sintoma", e a ferramenta que os psicanalistas dispõem para ler essa política é a interpretação. A especialidade da interpretação da psicanálise em relação às outras, às filosóficas, às sociológicas, às literárias, entre outras, é a de que há um excesso de interpretação nestas. Todas apontam para o sentido. “Ler o sintoma é interpretá-lo, interpretá-lo é, se não ir diretamente ao fora do sentido, pelo menos tratar de podar os outros sentidos que estão em jogo em relação a esse sintoma. Essa me parece ser a intervenção mínima”. (Tudanca, 2021)

¹⁴ Disponível em

<<https://g1.globo.com/google/amp/pop-arte/noticia/2021/05/04/paulo-gustavo-comediante-bateu-records-nos-ultimos-anos.ghtml>>

Lacan assinala a necessidade do psicanalista sustentar o discurso num meio-dizer. No seminário 17, *O avesso da Psicanálise*, de 1969-1970, ele fala sobre evitar a denúncia, pois denunciar reforça o denunciado, salvo que o faça num meio-dizer. Efetivamente, não é sobre não denunciar, mas “denunciar de outra maneira, uma maneira difícil, uma maneira para a qual é preciso preparar-se, porque a que nos ocorre é outra, a do filósofo, do sociólogo... Não nos ocorre a denúncia como um meio-dizer, sem dizer tudo, apontando o vazio, aos poucos, diminuindo o sentido, podando-o, rasurando-o...” (Tudanca, 2021)

Não é pouco ler um sintoma e interpretá-lo. Isso pode interferir diretamente no real de uma situação, não como algo localizado fora da política concreta. Isso pode fazer mudar as políticas. (Ibidem)

1.2.1 Uma compreensão para além dos vieses nostálgicos

A família já não é mais a mesma. Isso é verdade, a cada censo demográfico isso se confirma. No entanto, a frase supracitada não raro faz referência a uma crença de que a família brasileira um dia tenha correspondido a um padrão fora da história. E sugere a comparação das conjunturas familiares contemporâneas com um modelo de família idealizado da família paternalista burguesa. Idealizado pois, além deste modelo familiar, historicamente muito breve, não servir da maneira com que se imagina à sociedade do século XIX, ele sequer regeu de fato a sociedade brasileira, se concentrando nas classes médias e altas.

Esse modelo de família oitocentista se desenvolveu na esteira da necessidade de “civilizar” o Brasil. O processo de desenvolvimento das cidades e da vida burguesa influenciou na arquitetura e urbanismo das cidades, as casas de família de classe alta contavam com salas e salões, para a apreciação de um “público” selecionado, a intimidade passou a ser mais valorizada, coincidindo na privatização da vida, separando as famílias do tumulto das ruas e dos populares. O fechamento da família sobre si mesma marcou o início do processo de privatização da família (D’Incao, 2004, p. 264).

A dissolução da família nuclear, privatizada, tem relação direta com o abalo sofrido pelo pátrio poder que, após ser deslocado pelas mulheres que conquistaram lugar no mercado de trabalho, destituindo então a figura de chefe da família, vem sendo progressivamente distribuído entre os adultos nas famílias contemporâneas (Kehl, 2023).

Lacan se propõe a situar a família paternalista na história, de forma a mais adiante esclarecer a neurose contemporânea, ligada ao declínio da *imago* paterna (Lacan, 2008). Cabe, inicialmente, esclarecer que essa neurose contemporânea desencadeada pelo declínio da *imago paterna*, ocasionada pela saída de cena família paternalista não é sinônimo de que este modelo seria o mais promissor em termos de saúde mental. Kehl (2023) aponta que a transformação da família ocidental cobra seu preço no sofrimento e desamparo, mas o modelo de família tradicional burguesa, referida nos ideias de nostalgia, promovia diversas formas de sofrimento psíquico. Foi justamente no ápice da família nuclear burguesa na história, no final do século XIX, que Freud começou a escutar as histéricas¹⁵ e a entender as razões das inibições culposas dos obsessivos¹⁶. E foram das famílias vienenses mais estruturadas que vieram os primeiros pacientes de Freud, que lhe possibilitaram investigar a origem das neuroses e inventar a psicanálise. (Kehl, 2023, p. 158)

A família estruturada que ocupa nossas fantasias nostálgicas produziu a histeria como sintoma do desajuste das mulheres em relação ao lugar que lhes era destinado e aos ideais de feminilidade, impossíveis de se sustentar. Produziu a neurose obsessiva como expressão da impossibilidade de um homem afirmar sua virilidade diante de um pai que ele deve, ao mesmo tempo, idealizar e ultrapassar. Além disso, aquela família super estruturada produziu a fixação incestuosa entre os filhos e as mães. Não é obrigatório que a passagem pelo Édipo produza a fixação dos filhos à mãe, mas o isolamento da mãe e dona de casa das famílias tradicionais propicia os excessos do amor materno como única fonte de satisfação afetiva e erótica de muitas mulheres.

Os filhos das famílias nucleares, centrados no poder do pai e tomados pelo amor materno, vivem entre eles a condição de uma disputa permanente. Disputa pelo amor da mãe, que de sua prole escolherá o rebento que melhor representar, na fantasia dela, a posse de um objeto fálico. Disputa pelo lugar de identificação com o pai centralizador,

¹⁵ A histeria está fortemente ligada à gênese da psicanálise. É uma neurose caracterizada por quadros clínicos variados. Fortemente associada às mulheres burguesas da sociedade vienense, acometidas de sofrimento psíquico, escutadas por Freud. (Roudinesco, Plon, 1998, p. 337)

¹⁶ Outra forma fundamental de neurose identificada por Freud em 1894, a segunda grande doença nervosa da classe das neuroses ao lado da histeria. A neurose obsessiva teve seu reconhecimento tardiamente, em comparação à histeria. Mais associada aos homens à época de seu reconhecimento. (Roudinesco, Plon, 1998, p. 539)

pois se o código civil na atualidade dispõe a mesma herança material para todos os filhos, a herança simbólica¹⁷, o privilégio de levar adiante o nome e os avatares paternos, costuma ficar com aquele filho que o pai escolhe como sendo o mais digno dele. (Kehl, 2023, p. 158)

A chamada família tradicional não só foi o berço das neuroses modernas, como também era terreno fértil para a rivalidade entre os irmãos. O pai, enquanto substituto laico do antigo monarca, cultivava no inconsciente a rivalidade entre os filhos. Na sociedade contemporânea, a partir da desconstituição do pátrio poder, em alternativa da rivalidade entre irmãos, faz mais sentido pensar na função fraterna como complementar, na constituição do sujeito, da função paterna. Em um mundo em que com frequência, casais casam e separam, os arranjos e rearranjos familiares fazem com que os irmãos constituam referências sólidas para as identificações horizontais; “alianças de afeto e cumplicidade entre os irmãos são mais estáveis do que os laços com os adultos” (Kehl, 2023 p. 159).

Esse tipo de arranjo familiar em decadência é por muitas vezes apontada como razão de uma crise que se expressa na delinquência juvenil, nas drogas, na violência e demais mazelas sociais. Como se a família fosse o núcleo de transmissão de poder que deveria arcar sozinha com a moralidade e a ordem. E se esquece que a crise social no país mais tem a ver com a degradação dos espaços públicos (Kehl, 2023, p. 151).

A contemporaneidade, por múltiplos fatores, colapsou o modo de família nuclear, o divórcio está cada vez mais comum na sociedade, fruto de seu direito e da emancipação financeira feminina; as redes sociais dissolveram as paredes das grandes casas, colocando em cheque a endogamia do século XIX, as pessoas se relacionam com quem quiserem e essa escolha também inclui gênero. A liberdade contemporânea pode ser razão de desamparo, mas a saída não seria a de voltar para o modelo familiar tal como conhecíamos até a primeira metade do século XX. Na verdade, a crise aponta para uma necessidade de cuidado do espaço público, este pouco explorado pelas famílias oitocentistas.

A restauração desse espaço público não pode ser posta nas mãos do Um governante, que represente o patriarca protetor no imaginário popular, seguindo a correspondência entre as estruturas sociais e as famílias, nas democracias, a restauração é legítima se for fruto do

¹⁷ “Simbólico al. Symbolische; esp. simbólico; fr. symbolique; ing. symbolic Termo extraído da antropologia* e empregado como substantivo masculino por Jacques Lacan*, a partir de 1936, para designar um sistema de representação baseado na linguagem, isto é, em signos e significações que determinam o sujeito à sua revelia, permitindo-lhe referir-se a ele, consciente e inconscientemente, ao exercer sua faculdade de simbolização.” (Roudinesco; Plon, 1998, p. 714)

trabalho não dos pais, mas do pacto entre os sujeitos. (Kehl, 2023,p. 164) Assim, apesar do desamparo, a contemporaneidade inaugura um mundo que não cultua como antes os pais e, justamente por isso, abre caminhos para a aliança entre os irmãos para a restauração do público (Kehl, 2003)¹⁸.

1.2.2 O esforço de retorno ao pai e o desamparo da linguagem

Após as devidas considerações para esclarecer que a atenção sobre a neurose contemporânea para maior entendimento da temática da violência atual não é de maneira alguma uma expressão filiada à nostalgia de um passado idealizado, desenvolve-se o tema.

Ao elaborar o quadro da família nuclear moderna, Lacan inspirava-se no biólogo alemão “(...)Jakob von Uexküll, que revolucionara o estudo dos comportamentos animais e humanos mostrando que o pertencimento a um meio devia ser pensado como a interiorização desse meio no vivido de cada espécie.” (Roudinesco, 2003, p.52) A partir disso, a ideia de que há uma relação de dependência entre um indivíduo e um meio, ele próprio determinado pela interiorização de elementos desse meio deu base para que Lacan pudesse apontar que a família era organizada segundo *imagos*, conceituando enquanto conjunto de representações marcadas pelos pólos materno e paterno. Dizia ele que esse pertencimento caracteriza a organicidade social da família e era imprescindível para a humanização do indivíduo.

Os movimentos sociais constróem também um meio, influenciando a mentalidade, nesse sentido, a força motriz por trás do declínio da *imago* paterna está, para Lacan, associada ao estado desastroso da sociedade europeia às vésperas da guerra. Ele tinha a convicção de que a soberania do pai estava para sempre perdida, não vinculando esta a alguma forma de reconstrução do corpo social, para Lacan qualquer projeto de restauração dessa ordem produziria apenas um farsa, um artifício. (Roudinesco, 2003)

Como ilustrado no tópico anterior, o gérmen do declínio da *imago* paterna não se plantou apenas no pré guerra, mas a partir da sedimentação de fatores cujo ponto de início mais nítido podemos situar na abolição da monarquia, que gerou na sociedade ocidental do

¹⁸ Em seu texto “Em defesa da família tentacular”, publicado originalmente em 2003, a psicanalista Maria Rita Kehl conclui que a “restauração do espaço público não pode ser deixada a encargo do Um – de um governante que represente, no imaginário popular, o patriarca protetor. Se existe uma correspondência entre as estruturas sociais e a estrutura familiar, nas repúblicas democráticas contemporâneas a costura do espaço público só se legitima se for fruto do trabalho e do pacto entre os cidadãos – que correspondem, na estrutura familiar, não aos pais mas ao conjunto dos irmãos.” Posteriormente, ao publicar no livro “Tempo Esquisito” (2023), que condensa reflexões da autora, muitas feitas durante a pandemia da Covid-19, ela edita o texto não mais se referindo ao conjunto dos irmãos, mas apenas aos “sujeitos que compõe a sociedade”(p. 164) A escolha pela conclusão original neste trabalho se dá pelo paralelo entre as funções familiares, pertinentes ao tema explorado e pela beleza da esperança de uma sociedade mais fraterna.

século XIX uma nova organização patriarcal. O pai da sociedade burguesa retoma a sua influência perdida tornando-se o patriarca do empreendimento industrial. Assim, tem-se que a autoridade moral paterna foi diminuída e substituída pela autoridade promovida pelo poder econômico, o que posteriormente possibilitou alguma emancipação através do trabalho por parte das mulheres e demais grupos. Isso somado aos valores humanistas de respeito ao outro fomentados após a Segunda Guerra Mundial, possibilitou a emancipação dos corpos marcados pelo feminino e a reconfiguração dos lugares ocupados na sociedade. Esse processo dissolveu o aparato no qual se sustentava a figura paterna. (Martins, 2010)

Sobre o colapso dessa ordem aponta Safatle:

Colapso que Lacan descreve através da noção de “declínio da imago paterna”. Como veremos, esse colapso não nos leva necessariamente a formas de emancipação social, mas pode nos levar a formas ainda mais explícitas de regressão. Isso não significa em hipótese alguma que Lacan faça alguma forma de defesa do patriarcado, como alguns acreditam. Mas se trata de insistir que mutações pelas quais passa a família burguesa e suas formas de autoridade fornecem o campo privilegiado para a emergência e a hegemonia social das estruturas de personalidade autoritária. (Safatle, 2020, p. 28)

A *imago* paterna se reconstrói, do pai que detinha autoridade total, ao pai que divide o tarefas domésticas e a criação dos filhos com a mãe, rearticulando o que podemos chamar de paternidade em novas formas. No entanto, as representações anteriores que compunham a *imago* paterna apontada por Lacan, em declínio, se dissiparam deixando alguma carência em determinados meios, perpassando diversos estratos sociais. Pode-se ilustrar as consequências negativas das mutações supracitadas nos discursos autoritários de extrema-direita que encontraram terreno fértil no declínio do pai no campo social, autoritarismo este que se apresenta como a solução para diversos problemas sociais e econômicos através da intolerância, de forma a preencher esta ausência de representações. A filiação a esse tipo de discurso pode ser entendida como um esforço de retorno ao pai.

A ordem paterna, não se ausentou deixando o vazio em seu lugar, em continuidade, ela dissipa seus efeitos regendo um tempo em que o nome-do-pai¹⁹ e ideais fálicos não se anexam

¹⁹ “Termo criado por Jacques Lacan* em 1953 e conceituado em 1956, para designar o significante* da função paterna” (Roudinesco; Plon, 1998, p. 541)

à rotina como antes (Barros-Brisset, 2014). O declínio do pai enquanto autoridade moral máxima não resultou como propulsor da emancipação feminina e novas formas de se dizer a lei. Permanecemos operando na mesma gramática, uma vez que por mais que o Mestre não esteja no comando, em seu lugar está o objeto mais-gozar. Assim, o supereu freudiano que apontava ao proibido, ao dever e à culpa, fazendo existir o Outro, é substituído pela supereu lacaniano, um imperativo de gozo. (Alvarenga, 2015)

A ausência de representações paternas outrora postas promoveu o esvaziamento simbólico de um sujeito carente de representações. Maria Rita Kehl explica como na modernidade o sujeito se encontra desamparado da linguagem:

Na modernidade a linguagem já não é mais nem o conjunto dos nomes das coisas, nem a representação harmoniosa da verdade, mas a expressão de quem fala. O sujeito não está apenas desamparado no mundo, como ser de linguagem, mas desamparado na própria linguagem. Precisa tomar cuidado com o que diz. Não é mais possível, como em Descartes, fundar o ser na representação. (Kehl, 2002, p. 67)

A falta de referentes estáveis dispostos ao homem moderno na linguagem, gera o desamparo do sujeito que elege alguma negação que ajude a suportar a precariedade na constituição da relação com o real²⁰. A linguagem não mais emana das coisas como entendido da Idade Média à Renascença, constituindo a “prosa do mundo” revelada por Deus, pai todo poderoso. Não existe significante último fora da linguagem que ancore todas as significações. O nome-do-pai lacaniano exerce essa função de primeiro significante da cadeia, que organiza a relação entre todos os outros, mas como dito anteriormente, não faz mais referência universal ao pai. A precariedade do estabelecimento de significações pela linguagem gera consequências na relação dos sujeitos com a lei. (Kehl, 2002, p. 67)

Assim, o desamparo contemporâneo apoiado na impossibilidade de restaurar a imagem do pai onipotente, o qual devemos nosso grão de liberdade, aponta para o vácuo de representações localizadas no rastro do *imago* paterna. A reação conservadora, a tentativa desse pai se restabelecer, opera na base das identificações, na sede dos sujeitos por significantes estáticos frente ao desamparo contemporâneo. Seu potencial violento encontra terreno fértil no esvaziamento do simbólico, uma vez que a passagem ao ato físico violento representa uma violência que não encontra outras formas de se dizer (Guerra, 2014); e o

²⁰ “Termo empregado como substantivo por Jacques Lacan*, introduzido em 1953 e extraído, simultaneamente, do vocabulário da filosofia e do conceito freudiano de realidade psíquica*, para designar uma realidade fenomênica que é imanente à representação e impossível de simbolizar.” (Roudinesco; Plon, 1998, p. 644-645)

discurso da estupidez²¹, mensageiro da violência contra esses sujeitos, não encontra outras formas de se dizer, uma vez consiste em significantes enigmáticos, anúncios erráticos e declarações inconsequentes, um discurso que não carrega um saber ou uma justificação. (Dunker, 2023, p. 66)

²¹ Discurso que, para o psicanalista Mauro Mendes Dias (2020) é sinônimo de uma posição em que os sujeitos causam danos à outra pessoa, ou a um grupo, sem obter benefício nenhum para si mesmo.

2. A reação e o ódio

A decomposição da ordem patriarcal representava um problema para Lacan no sentido de que ele compreendia que ela poderia provocar tentativas regressivas e autoritárias de compensação social. Isto não significa que ele defendia a manutenção das relações e demais fatores da conjuntura social anterior a esta decomposição. Ao contrário, a questão deixava explícita a natureza agressiva e violenta do Eu como unidade sintética nas sociedades não mais marcadas pelas identificações paternas, mas pelas identificações narcísicas, portanto, com toda agressividade que estas comportam. A maneira de tirar consequências emancipadoras da decomposição dessa ordem seria entender a importância do vazio no lugar do poder. (Safatle, 2020, p. 15-16)

O colapso da possibilidade das identificações simbólicas, ou seja, feitas não com pessoas mas com lugares sociais, gera a preponderância das identificações narcísicas, como medida de lidar com a fragilidade do eu. Portanto, identificações imaginárias, acompanhadas da agressividade e autorização que este tipo de identificação produz. O narcisismo é necessariamente frágil e violento porque emerge como resposta patológica do Eu que sabe da sua decomposição diante da alteridade, e é justamente em função da generalização do narcisismo que a individualidade contemporânea se realiza. (Ibid., p. 27-29)

Portanto, o desamparo contemporâneo, a ausência de lugares sociais pré definidos, reflete na linguagem e é a partir do esvaziamento do simbólico que o potencial violento se amplifica, articulando-se na passagem ao ato físico violento que representa uma violência que não encontra outras formas de se dizer (Guerra, 2014). A violência verbal, no entanto, não representa uma outra forma de se dizer a violência nos termos psicanalíticos e, portanto, não tem potencial de evitar a violência física. Na verdade, a violência verbal também é sintoma de um esvaziamento do simbólico e emerge como uma fala sem voz, portanto sem os efeitos da humanização pela fala, sem fazer laço com o Outro por meio da diferença sexual. (Dias, 2020, p. 24)

Este capítulo se dedica a apontar a relação da decomposição da ordem patriarcal ilustrada no capítulo anterior, tendo em vista suas implicações sociais contempladas pela psicanálise e a violência contemporânea contra as mulheres e pessoas LGBTQ+, para tanto, explorando os discursos de ódio e a relação das identificações com a violência.

2.1 A violência na fala e o esvaziamento do simbólico

A partir das contribuições de Jacques Lacan, vê-se que a palavra pode também ser violenta, como injúria ou blasfêmia. O sujeito parece usar o significante para romper o pacto simbólico com o Outro da linguagem. "Lacan demarca uma violência implicada no ato de agredir, que surge diante do impossível de dizer, como curto-circuito da palavra". (Júnior; Besset, 2010)

A violência falada é expressiva no cenário atual, em que há a escassez simbólica ocasionada, dentre outros fatores, pela mudança na relação com o significante que designa a função paterna, o Nome-do-Pai. Pensando em sua função proposta por Lacan, o Nome-do-pai enquanto UM (S1) da cadeia que organiza a relação entre todos os outros. É possível pensar esse S1 como um "bem supremo" que, para a ética dos antigos, daria um sentido inquestionável para a vida. Como os desdobramentos imaginários desse S1 também são criações humanas, estão dispostos a mudanças ocasionadas pelas novas conjunturas de relações de poder entre os seres humanos. Portanto, o declínio da função paterna, ou seja, o enfraquecimento desse S1 contribui para a precariedade no estabelecimento de significações pela linguagem tendo consequências na relação dos sujeitos com a lei. (Kehl, 2002, p. 67-68)

Como falado no capítulo anterior, as relações de poderes mudaram em direção a um esvaziamento de uma autoridade paterna, entendendo como o pai em sentido estrito, este que antes detinha o poder efetivo do *pater familiae*. Lacan pensa a função paterna, que pode ser exercida por quem for, de forma a restaurar o lugar do pai como um lugar simbólico necessário para fazer de cada sujeito humano marcado pela Lei. O pai como um nomeador e não autor²², este é o sentido do significante nome-do-pai como organizador da linguagem. A Lei e o Nome-do-Pai asseguram ao sujeito marcas inconscientes que o dão consistência ao ser. "Mas isso ainda não é o bastante para dar conta das tarefas que o homem moderno tem diante de si: a construção permanente de um destino individual a indagação permanente de seu lugar na cartografia dos poderes que determinam o laço social."(Ibidem, p. 105-106)

²² Em contraposição com o pai da horda primitiva suposta por Freud em Totem e Tabu. "O pai imaginário, reinando no psiquismo desde o lugar do pai da horda primitiva, priva o sujeito de gozo, mas não preenche uma função ética, pois mantém a demanda e dependência do sujeito em relação a uma totalidade que ele ainda imagina que seja possível." (Kehl, 2002, p. 104)

2.1.1 A voz e as vociferações

O psicanalista Mauro Mendes Dias, em seu livro “O discurso da estupidez” busca abordar o fenômeno das vociferações para explorar manifestações do ódio orquestrando os afetos. Vociferar é diferente de falar. Mesmo falar e gritar não são sinônimos, porém os gritos podem estar presentes na fala. No entanto, os gritos do que aqui se chama de vociferações são marcados pelo ódio e seu fundamento é a recusa da possibilidade de diálogo, impede-se de escutar aquele a quem se dirige as palavras. (Dias, 2020, p. 21)

O emissor das vociferações, ou seja, do grito com ódio portador da recusa de diálogo, é chamado de fera humana. A fera humana não fala, no entanto não deixa de ter voz, esta sustenta a relação entre as palavras que se transformam em imperativos. Nas vociferações existem palavras, mas estas não cumprem as leis da fala que “como metáfora e metonímia, permitem acesso ao sentido pela substituição e pelo deslocamento do que é dito.”(Ibidem, 2020, p. 21) Essa formulação nos permite entender um pouco o fenômeno da violência expressado pelo chamado discurso de ódio e a violência verbal.

O ser humano se distingue dos outros animais pela estruturação da linguagem. Por mais que o animal não possa participar da constituição da espécie humana, pode-se reconhecer a fera no humano, como sinônimo de uma posição subjetiva que recusa os efeitos da humanização a partir da fala, esta caracterizada pelo laço com o Outro por meio da diferença sexual. (Dias, 2020, p. 24-25)

A partir das contribuições da psicanálise, principalmente das feitas por Jacques Lacan, podemos situar com precisão o lugar da fala e da voz na estruturação humana. Para mapear este lugar, é necessário diferenciar a voz da concepção habitual, que comportaria um conjunto de sons produzidos nas cordas vocais e a voz para a psicanálise, desde de Freud, que participa da intimidade do sujeito, a voz da consciência. Há a voz da consciência e uma, ainda mais íntima, a voz do supereu. Na teoria freudiana, o supereu, a voz do imperativo “faça”, não marca apenas as obrigações, mas também articula, pela possibilidade da suspensão da proibição, a atração por um gozo sem interdito. (Dias, 2020, p. 24-25)

Em se tratando das vociferações, elas são a colocação em exercício do duplo comando do supereu. São imperativas e exigentes a ponto de promoverem a suspensão e a introdução das proibições para todo e qualquer tipo de limitação dos próprios interesses.

As vociferações engendram as justificativas que as legitimam.

As ações que acompanham as vociferações baseiam-se num tipo de consentimento gerado pela transformação da vontade em Lei. A palavra é, ao mesmo tempo, lei e comando. (Ibidem, 25)

‘ Para o filósofo italiano Giorgio Agamben, esse binômio da palavra enquanto lei e comando, seria aplicável à presença da palavra do Führer na biopolítica do povo alemão. Essa conjuntura ocasionaria no consentimento à matabilidade como tanatopolítica. Foi então, por meio da palavra, que se estipulou o comando das leis de morte e se consentiu à matabilidade dos humanos. (Ibidem, 25)

O ser humano, portanto, pode se empenhar em obter satisfação através da vociferação. A relação da voz com ela demonstra o quanto a vociferação nos é íntima. A vociferação então se esvazia em direção à voz, através da entrada em cena do sujeito. O sujeito, em contraposição com o indivíduo, este pensado como entidade anônima que não se divide, implica em divisão, como a psicanálise entende. A divisão do sujeito se dá a partir da sua condição de desejante. O ser desejante é dividido pela linguagem que o constitui, e é ela, a linguagem que diferencia o ser falante, o humano das outras espécies. (Ibidem, 26)

A voz, então, é colocada em evidência pela linguagem, como o fator de ligação entre o ser vivo e a linguagem ou como outro nome para o desejo do Outro, que assujeita o sujeito como objeto na sua estruturação. Na medida em que o sujeito se desloca, se separando do Outro enquanto agente materno, se separando da sua condição de assujeitamento que lhe foi constitutiva, ele avança no sentido de introduzir um sentido diferenciado no discurso do Outro e consentindo na troca de ser amado por ser desejante. A voz é o que movimenta o sujeito nesse percurso. (Ibidem, 26)

Cada um dos seres falantes está inscrito na linguagem mesmo antes de nascer. A voz é estruturante pois essa inserção na linguagem se dá pela fala. Como a linguagem é condição do inconsciente, e divide o ser falante, este não consegue desvendar a própria origem a não ser miticamente. Na verdade, a vida precedida pela voz é presente na mitologia desde os tempos bíblicos. Deus, na tradição judaica, em princípio, é sopro, não palavra. O fenômeno acústico precede a tudo. E a abertura do homem ao eterno se dá pela voz de palavras, em que Deus se faz ouvir e transmitir a abertura do para escutar o que vem do Outro. (Ibid, p. 27)

A mãe, através da sua voz, da improvisação musical em seu canto, reinventando com e para o *infans* o dom da fala, introduz a criança na ordem simbólica, nas leis da linguagem. Esse pré-sujeito interrompendo a sonata materna com seus solos é conduzido na melodia para a fala. (Vivès, 2018, p. 33-34) A voz guia o sujeito a se alienar na linguagem no que permite

constituir uma relação com a criança em que seus gritos e demandas são reconhecidos. (Dias, 2020, p. 27)

2.1.2 O ponto surdo e a metaforização

No circuito entre o sujeito e o Outro sempre há falhas. Para esse tema cabe as contribuições do psicanalista Jean-Michel Vivès que elaborou o que ele chama de ponto surdo.

Ponto surdo que eu defino como o lugar onde o sujeito depois de ter entrado em ressonância com o timbre original deverá ser capaz de ensurdecer para falar sem saber o que diz, isto é, como sujeito do inconsciente. (Vivès, 2009)

O ponto surdo então, é necessário para que o sujeito faça comparecer a sua própria voz. Ele foi pensado a partir do ponto cego elaborado por Freud. A dimensão visual é estruturada por uma ausência de seu campo, antes de ver a criança é olhada por todos os lados, nos olham e não sabemos de onde. Para ter prazer ao olhar o sujeito precisa se livrar do olhar do Outro, ser olhado, olhar e se deixar ver. Como a dimensão visual, estruturada por uma ausência, o campo sonoro se organiza em torno de um ponto surdo cuja construção parece mais problemática que um ponto cego. (Vivès, p. 18, 2018)

Os ouvidos não podem ser fechados e se direcionar como os olhos, eles não possuem esfíncter. O ponto surdo não se apoia nas funções corporais, mas é resultado da operação linguística da metáfora. (Vivès, 2009) Esse ponto inconquistável pela percepção é a condição de toda a percepção. Se o sujeito percebesse ou aprendesse por completo o Outro, ele se confundiria no Outro, e se perderia em um estado de gozo absoluto, suposto por Freud na origem do sujeito. (Vivès, p. 17, 2018)

O inconsciente é estruturado em torno de um ponto cego e surdo que, mediante um esquecimento, marca a origem do sujeito (Ibid, p. 17, 2018). Portanto, a instalação do ponto surdo é concomitante ao exercício do recalque, substituindo o que vem do Outro para realizar uma significação que permita a construção de um sentido particular. (Dias, 2020, p. 35)

A instalação do ponto surdo é acompanhada por alguns fracassos. Ao começar, o sujeito realiza o grito puro, mas este não constitui incidência para o ingresso no circuito com o consentimento ao Outro, não constitui uma insistência na qual se faz escutar ou ouvir o que vem dele. A estase do sujeito no momento em que é investido pela voz, pelo desejo do Outro

se relaciona com o segundo fracasso da instalação do ponto surdo; se como prejuízo da metaforização, o sujeito não se faz surdo à voz do Outro, então se recolhe como consequência desses fracassos as alucinações psicóticas. (Ibidem, 34-35)

Além desses, o próprio circuito também pode falhar após a sua constituição. O próprio circuito pode ser suscetível de falhar. A metaforização não funciona automaticamente sempre com êxito, de maneira que a importância de explorar o terceiro fracasso de instalação do ponto surdo é realçar as diferentes modalidades de falha como constitutivas.

Mauro Mendes Dias destaca três elementos responsáveis pelo fracasso do circuito entre o sujeito e o Outro. Primeiramente, a partir da necessidade de situar a transmissão da metáfora por via do desejo da mãe, essa transmissão pode se dar de forma parcial, independente da mãe ser psicótica ou não, e mesmo que a mãe dê atenção à criança. Outro elemento a ser destacado é a incidência mais acentuada da ação do supereu na vida do sujeito; assim o discurso tende a ser mais dominante por imperativos e não por escolhas. (Dias, 2020, p. 37-38)

A transgressão das limitações simbólicas promovidas pelo supereu tem a mesma consistência do caráter imperativo do discurso, uma vez que o ponto comum é o assujeitamento a uma lei de gozo sem interdito. Consequentemente, em cada uma delas o poder da metáfora se reencontra praticamente fora de operação. (Dias, 2020, p. 38)

Por fim, a suspensão da ação da metáfora também se deve ao fundamento da vida social nas sociedades de mercado capitalista. Estas sociedades se estruturam em prol da mais-valia e consumo. A mais-valia, conceito de Karl Marx, se refere ao tempo de trabalho a mais que não é remunerado ao trabalhador, produz o excesso, o a mais produzido pelo trabalhador. Nesse ponto, a estrutura do funcionamento dessas sociedades, faz constar o gozo do Capitalista. (Ibidem, p. 39)

A psicanálise, no entanto, a partir de Lacan revela que também há gozo do lado do trabalhador. Chamado de mais-de-gozar, esse gozo se dá pelo empenho a mais do trabalhador em busca do encontro ou pela posse de um objeto que supostamente estaria faltando, da satisfação pelo consumo. Como não há satisfação absoluta, toda satisfação é condição transitória e parcial, o gerado prazer por ela não é queda de tensão. Assim, as mercadorias são renovadas constantemente, por meio de sua fetichização o sujeito é seduzido a se ver nela e conceber ser possível o seu acesso. (Ibidem, p. 39)

A inserção do sujeito no laço social não o impede de realizar a metaforização, de construir seu sentido particular no mundo. Porém, a estrutura contemporânea comprime ainda mais a limitação subjetiva. As ferramentas do mundo digital, a Internet, multiplicam os espaços de discurso onde o anonimato é a Lei, resultando em imperativos opostos à dialética. Um exemplo da expressão de imperativos refratários à dialética na internet é o movimento RedPill, que aglutina indivíduos com um vocabulário comum via internet, operando massivamente em fóruns anônimos; suas falas são misóginas e repetitivas, esvaziadas da verdade; que se articulam numa verdadeira força da estupidez no campo político. (Dignam; Rohlinger, 2019)

A sociedade de mercado e a Internet são elementos a serem responsabilizados pela não metaforização. Neles se constata o apelo à objetificação que guia ao abandono da condição de escolha, e a cessão à dominância da voz do Outro com seu cortejo à objetos. Essa dinâmica tem consequências na política e na democracia, uma vez que o importante na aposta da mercantilização não é ensinar a vida participativa e representativa mas sim a passagem do cidadão para o consumidor. (Ibidem. 40)

2.1.3 Os fracassos do ponto surdo, o ódio e a atualidade

Dos elementos responsáveis pelo fracasso do ponto surdo e, portanto, do exercício da metaforização, destacam-se os pontos: desejo da mãe, a ação do supereu e o discurso do capitalista na era da internet. A pertinência de destacá-los é indicar a estrutura do sujeito que se mantém referida às questões do desejo e do gozo se sustenta, assim, por ser atualizada frente às questões do agora. Nesse contexto, nessa modalidade de laço social, há maior facilidade de suspender a presença da metaforização. Em seu lugar, no lugar da produção de sentido do sujeito, da expressão de sua particularidade, encontra-se o retorno das vociferações. (Idem, p. 41)

Elas comparecem em massa nos momentos em que a ausência da particularidade se faz substituir por um discurso e uma posição subjetiva em que aquilo que importa são as crenças e não a verdade. Como levar em consideração a verdade, quando o tecido simbólico foi perfurado de tal maneira que passamos a ter de nos haver com o

retorno dos infernos, ou seja, com tudo o que o ponto surdo até então havia mantido recalçado? (Dias, 2020, p. 41)

Na vociferação o sujeito empresta sua voz ao Outro que exige dele a anulação da sua particularidade. Esse Outro, estruturado nas condições da sociedade atual no espaço em questão, é responsável pelo gozo das vociferações como expressão da incorporação do demônio com finalidade de agir de maneira infernal. Não há angústia, impasse, limitação ou argumentos contrários. Apenas o agir à força, a fala sem voz, imperativa, marcada por chavões, frases vulgares e desprovidas de significado que negam o diálogo.

As vociferações são íntimas aos sujeitos pois acontecem como possibilidade do fracasso do ponto surdo, cuja instalação comparece em cada ser falante. E elas crescem com maiores chances em terrenos onde há o ódio, em particular o ódio contra o herege, “(...)aquele escolhe, que vem de Outro lugar, que não tem as mesmas referências, suscetível de causar surpresa e divisão, ou ainda, de introduzir fracassos e impossibilidades”. (Ibidem, p.43)

Cada ser falante experimenta esse ódio em algum, ou muitos momentos. A existência de um Outro responsável por frustrações e privações confecciona um dos tempos necessários de constituição do sujeito. Através desse percurso, o sujeito assimila as causas da sua limitação ao Outro. Essa admissão é um ato de consentimento do sujeito, ele consente em perder a sua suposição de continuidade, para se constituir enquanto sujeito. (Ibid., p. 44)

O ódio, então, comparece na experiência ao sujeito notar que a mãe, ou o Outro, não suprirá todas as demandas, e esse ódio será recoberto pois desde as primeiras relações há um privilégio do fator narcísico, egóico, em detrimento ao fator simbólico ou diferenciante. Ele está presente na constituição do sujeito pelo que nos termos de Freud seria o desprazer; este desprazer vem de fora do sujeito, pelo Outro. O desprazer e o exterior se confundem, o Outro barra as demandas do sujeito inaugurando a dimensão exterior²³. (Dias, 2012, p. 32)

A primeira exterioridade é simultânea à emergência do ódio, em termos da fundação do psiquismo, existe um Outro primeiro exterior e essa relação é responsável pela introdução de noção de espaço do sujeito. Assim, a partir da negação das suas demandas, se inaugura para o sujeito que há um Outro, que se confunde com ele ao mesmo tempo que determina a sua existência, pois, o Outro está no exterior ao mesmo tempo que estabelece o que o é

²³ O autor aponta a possibilidade de traduzir o "exterior" por estrangeiro, propondo que não é à toa que existe o grande problema histórico em relação ao estrangeiro, problema que se revela em manifestações de ódio. (Dias, 2012 p. 32) Aqui podemos desenvolver para apontar o ódio contra aquele que não habita ou não é conivente com a órbita de crenças do sujeito vociferante, esse estrangeiro à órbita pode ser personificado por mulheres ou pro pessoas LGBTQIA+.

íntimo. Daí que o ódio é experimentado enquanto uma paixão vivida no corpo. Freudianamente, é um afeto, como o estabelecimento do mundo pelo significado, quando o sujeito é tomado pelo afeto mantém uma relação de suspensão provisória com a divisão, o que causa a sua cegueira. (Ibid, p. 31-34)

É importante o apontamento de que o ódio é sentido no corpo porque permite esclarecer que ele é uma forma de gozo em que o sujeito se nega a experimentar a divisão, assim como no gozo incestuoso. (Ibid, p. 34) O que virá a ser pertinente nas considerações posteriores deste trabalho a respeito do imperativo mais-gozar vigente no capitalismo.

No caso das vociferações, o sujeito não consente com a perda. Ele segue determinado a sustentar suas crenças estruturadas pela sua certeza, e não pela verdade. Assim, o sujeito vive uma condição refratária à mudança, e se orienta para a destruição de tudo aquilo que pode desmentir as suas convicções. (Dias, 2020, p. 44)

Nesse ponto, é interessante a diferenciação que o autor faz entre as religiões monoteístas e as seitas. As religiões, apesar de se basearem num sistema de crenças, se apoiam na interpretação dos seus textos sagrados. As seitas, por sua vez, não interpretam o texto que afirmam seguir, elas se baseiam em uma interpretação literal deste que vem a ser seu preceito. Assim, aquele que integra a seita, ou seja, fundamenta sua crença na recusa do Outro enquanto alteridade, é vociferante pois consente em abdicar de sua própria voz para ser tomado pela voz absoluta do Outro²⁴. As vociferações podem, portanto, ter um verniz religioso, e a abdição da própria voz se dar em nome de um Deus; nem sempre os sujeitos vociferantes se valem do ódio como instrumento de violência contra o corpo do Outro enquanto alteridade. (Ibidem, 44-46)

As seitas são o lugar em que a estupidez, como política, encontrará o solo por onde disseminar seus princípios e realizar pactos sinistros. Não por acaso, muitos líderes populistas irão se beneficiar do prestígio de seus cargos para conseguir legitimidade, recíproca, junto a igrejas que fazem questão de se apresentarem como tais, enquanto estratégia para manter o mercado da fé.

Quando a fé é instrumentalizada pelo mercado religioso ela se transforma em crença, em certeza, numa condição de desposseção de si mesma que recobre a voz do sujeito, deixando-o entregue a um

²⁴ O Outro como concebido por Lacan tem muitas faces ou avatares, podendo ser: a linguagem, ou seja, o conjunto de todos os significantes; o Outro como demanda; o Outro como desejo (objeto a); o Outro como gozo. (Fink, 1998)

Outro qual o define. Assim, não somente a condição para as vociferações se anuncia como possível, mas também a cumplicidade com a estupidez vem coroar o surgimento do hediondo. (Dias, 2020, p. 46-47)

A cativação pela estupidez ganhou espaço após as iniciativas do modelo de estado do bem-estar social, promovido pelas democracias, não ter entregado ao povo o que prometeu. A democracia, por um lado, promove limites à estupidez e às vociferações, pois ela desloca os limites do público do privado, dispondo as condições dos sujeitos mais afetada pela presença do Outro na constituição do laço social. (Ibidem, p. 51 - 53)

Por outro lado, observando as sociedades como circuitos de afetos, ou seja, tendo em mente que as formas de vida se fundamentam em afetos específicos e por esses afetos se repetem e impõem seus modos de ordenamento definindo o campo do possível, forjando formas hegemônicas de vida, produto das forças de adesão da sociedade que produzem afetos que nos fazem assumir certas possibilidades de vida em detrimento de outras (Safatle, 2016, p. 8); depreende-se que os efeitos psicológicos do declínio da imago paterna situam a construção das subjetividades em outros referenciais que não os exclusivos do espaço familiar ou aos ordenamentos paternos. (Dias, 2020, p. 55)

Há um tipo de ressentimento²⁵, um afeto característico das democracias, contextos nos quais os membros das classes inferiorizadas se ressentem de sua condição justamente pela proposta de igualdade que a foi antecipada simbolicamente. Agora, sua condição não é mais percebida como um direcionamento divino como nas sociedades pré-modernas, mas sim vista como privação. O ressentimento se produz na interação das leis democráticas com as práticas de dominação paternalistas, da promessa de uma igualdade e a predisposição da sociedade de esperar passivamente que esta igualdade seja legada aos sujeitos pela boa vontade de seus agentes de poder. (Kehl, 2020, p 17-18)

No Brasil, onde essas duas condições se combinam de maneira frequentemente perversa, os movimentos sociais oscilam entre as proposições ativas de transformações sociais e as manifestações

²⁵ O ressentimento, apontado por Maria Rita Kehl, é um conceito não próprio da psicanálise, mas uma categoria do senso comum que se refere à impossibilidade de esquecer ou superar um agravo. “Uma das condições centrais do ressentimento é que o sujeito estabeleça uma relação de dependência infantil com um outro, supostamente poderoso, a quem caberia protegê-lo, premiar seus esforços, reconhecer seu valor. O ressentimento também expressa a recusa do sujeito em sair da dependência: ele prefere ser “protegido” – ainda que prejudicado – a ser livre, mas desamparado.” (2020, p. 13)

reativas, ressentidas, que expressam insatisfação popular, mas não levam a nenhum resultado efetivo no sentido do aperfeiçoamento dos dispositivos da democracia. (Kehl, 2020, p. 18)

A estupidez se expressa a partir da nostalgia de um tempo que nunca existiu, pelo menos da forma a qual é lembrado, fazendo com que os eleitores deleguem a um Outro, desprovido de vícios políticos, capaz de suprimir os meios para chegar nos fins. Somado a isso, a produção massiva de sujeitos que se transformam em consumidores, provoca no laço social mudança a qual o brilho das mercadorias se demonstra cada vez mais cativante. A efetividade do discurso do capitalista em Lacan se sustenta pela recusa da divisão subjetiva e da perda. (Dias, 2020, p. 58 - 59)

2.1.4 O discurso do capitalista e o funcionamento do discurso da estupidez

O situar funcionamento do discurso da estupidez, responsável pelas vociferações, foi feito pelo psicanalista Mauro Mendes Dias a partir dos quatro discursos de Lacan dispostos em seu Seminário "O avesso da Psicanálise", bem como em outros momentos de sua obra (Dias, 2021, p. 14). A estupidez se instala como um discurso sem palavras, isso não significa que não haja palavras que vão compor o discurso da estupidez, mas que elas comparecerão no outro como vociferação, ou seja, como falado anteriormente, não há diálogo. (Dias, 2020, p. 74)

Antes de adentrar no funcionamento dos discursos, é importante inserir a observação de que, já em Freud, há a noção de que não há uma divisão certa entre o social e o individual. Essas duas dimensões estão mutuamente implicadas.

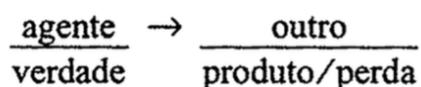
Na vida psíquica do indivíduo, o outro é, via de regra, considerado como modelo, como objeto, como auxiliar e como adversário, e por isso a psicologia individual é também, de início, simultaneamente psicologia social, nesse sentido ampliado, mas inteiramente legítimo. (Freud, 2020, p. 137)

Dessa mesma forma, a teoria dos discursos de Lacan permite articular a dimensão do sujeito, do gozo, do saber inconsciente e do laço social. Pois ele propõe que o sujeito é efeito do discurso e que é a partir deste que temos a produção do laço social. (Bonfim, 2022)

O discurso como estrutura ultrapassa as palavras. Subsistem, os discursos, em certas relações fundamentais que se mantêm apenas pela linguagem. Assim, mediante o instrumento da linguagem, instauram um certo número de relações estáveis e compreendem muito além das enunciações a ele inscritas. (Lacan, 1992, p. 10)

Os discursos podem ser lidos através de determinados sintagmas que se compõem através de quatro lugares fixos, o lugar do agente, do outro da verdade e da produção. Assim dispostos:

Figura 2 - Lugares

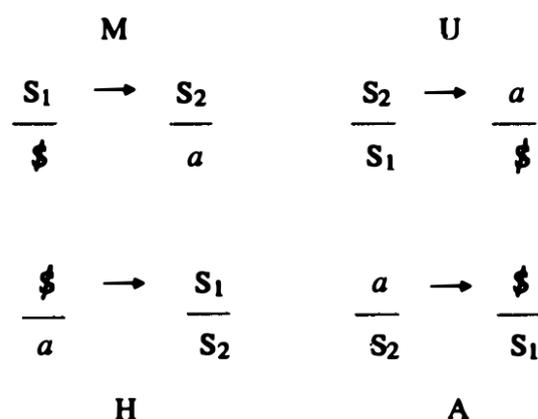


Fonte: Fink, 161

Qualquer que seja o matema que ocupe uma das posições, ele assume o papel atribuído a essa posição. Os matemas utilizados por Lacan na confecção dos quatro discursos são: S1, o significante amo, que ordena, sem nexos ou razão, ou seja, o significante mestre; S2, que remete algo acerca de um saber composto por uma rede de significantes; \$, o sujeito barrado, do inconsciente, cindido; e *a*, o objeto perdido causa do desejo. (Chemama, 1997, p. 25)

As disposições dos matemas nos quatro discursos do Mestre, Universitário, da Histórica e do Analista se dão da seguinte forma:

Figura 3 - Os quatro discursos

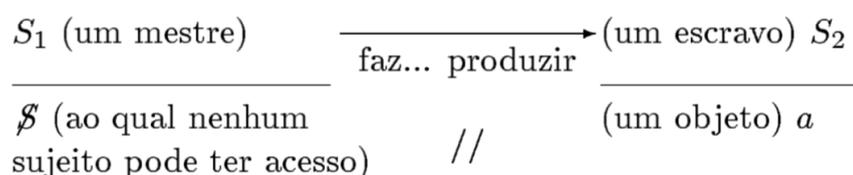


Fonte: Seminário 17, p. 65

Os três discursos seguintes são gerados pelo discurso do Mestre a partir da rotação em sentido anti horário de cada elemento em sequência. Pode-se entender que os discursos "derivados" do Discurso do Mestre assim se apresentam por surgirem ou pelo menos serem entendidos posteriormente; isso pode se comprovar pelo menos nos dois últimos porque o discurso do analista adveio com a psicanálise no final do século XIX e apenas a partir dele foi entendido o discurso da histórica. (Fink, 1998, p. 162)

Além das razões históricas, o discurso do mestre cumpre uma função primária por incorporar a função alienadora do significante que assujeita a todos; compondo a matriz fundamental do vir a ser sujeito através da alienação. (Ibid., p. 161) Uma possível leitura do Discurso do Mestre é:

Figura 4 - O discurso do mestre



Fonte: Chemama, 1997, p.

O mestre, agente, representado por S1, o significante amo, sem razão: o mestre deve ser obedecido mesmo sem nenhuma razão específica mas porque ele assim o diz. No lugar do "outro"o escravo representado pelo S2, o saber, o escravo que ao trabalhar para o mestre

aprende, encarna o saber. O mestre não se importa com o saber contanto que tudo funcione e seu poder não diminua. Ao não poder demonstrar fraqueza, o mestre oculta que ele, como qualquer um, foi castrado, portanto é dividido pela linguagem; assim o \$ aparece na verdade posição da verdade, dissimulada por trás do agente. O a enquanto o produto do discurso do mestre é a mais-valia para o capitalista. (Fink, 1998, p. 161)

Através do discurso do mestre e de Marx, Lacan comenta a produção da mais-valia, representando o que vem a ser nomeado por ele, em 1972, na Universidade de Milão de Discurso do Capitalista (Soueix, 1997, p. 43), escrito por ele da seguinte maneira:

Figura 5 - O discurso do capitalista

$$\begin{array}{ccc} \uparrow & \frac{\$}{S_1} & \nearrow \\ & & \searrow \\ & & \frac{S_2}{a} \\ & & \downarrow \end{array}$$

Fonte: Chemama, 1997, p. 33

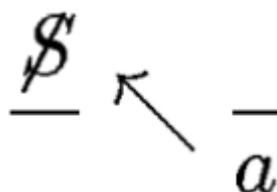
Os discursos não funcionam isoladamente, havendo passagem de um para outro, que funcionam de maneira inconsciente. O foco aqui no discurso do mestre se dá pelas indicações de Lacan: a indicação da presença dele no inconsciente que, por ser estruturado como uma linguagem, revela a sua relação de comando entre significantes que estruturam nossa história particular; e a indicação de que o discurso do mestre se desdobra no discurso do capitalista. A diferença entre o discurso do mestre e do capitalista se situa no sentido da barra existente entre o agente e a verdade, e entre o outro e a produção. "Em seu caso, ela não escreve mais a vigência do recalque, enquanto mecanismo que franqueia e interdita parcialmente a passagem de um termo ao outro. Por isso mesmo, como segunda indicação, não encontraremos nesse discurso a barra da separação." (Dias, 2020, p. 82)

No lugar do recalque recolhemos, no discurso do capitalista, a presença da rejeição, ou forclusão, como traduções possíveis do termo *Verwerfung*. (Ibid., p. 82)

Além da ausência da barra do recalque, no discurso do capitalista, há um tipo de funcionamento que não promove mais a passagem para outro discurso, o que impede a mudança da posição subjetiva. Se retroalimentando, o discurso do capitalista promove consumidores consumidos, resultante da "(...) globalização crescente dos mercados, que oferecem para gozo de todos os mesmos objetos - satisfação universal ou o seu dinheiro de volta." (Goldenberg, 1997) Essa retroalimentação que consome o consumidor, renovando suas mercadorias, não possui ponto de basta. (Dias, 20202, p. 83)

No discurso do capitalista não há disjunção entre o \$ e *a*, nesse discurso toda separação entre o sujeito e o objeto é evitada. Esta observação revela o tipo de relação que se desenvolve na contemporaneidade com os objetos, a relação $a \rightarrow S$ no discurso do capitalista mostra o sujeito diretamente comandado pelo objeto que ele produz. O ideal consumista prevalece na crença de um objeto direto sempre disponível, basta comprá-lo, num gozo sem interdito. (Chemama, 1997, p. 34-36)

Figura 6 - Recorte do discurso do capitalista



Fonte: Chemama, 1997, p. 37

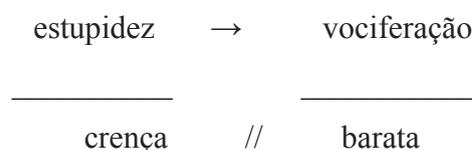
Por meio do discurso do mestre é possível concluir que cada um dos seres falantes é conduzido inconscientemente por aqueles significantes que são dominantes num determinado momento histórico. Retomar o discurso do capitalista tem relevância ao indicar que por conta da mutação do discurso do mestre os sujeitos se tornam cativos a um tipo de satisfação.

Satisfação essa que, a um só tempo, retira da cena a particularidade pelo desejo, determina o sentido a ser estabelecido na linguagem aglutina seu lugar de forma estática na existência com o consumidor e, por fim, o assujeita de forma a comparecer num lugar em que aquilo que lhe resta é alimentar o ciclo de sua própria servidão. Espaço

fechado que não depende mais de escolhas e decisões para o seu êxito.
(Dias, 2020, p. 85)

A proposta da escrita do discurso da estupidez carrega o discurso do capitalista em seu interior, pois qualquer elaboração sobre os discursos está inscrita em uma sociedade marcada pelo discurso do capitalista. A fórmula do discurso da estupidez é:

Figura 7 - O discurso da estupidez



(Dias, 2020, p. 86)

(...)no lugar do agente do discurso, o estúpido, no lugar da verdade, a crença, no lugar daquele para quem o discurso se dirige as vociferações, e no lugar do que esse discurso produz, desde as vociferações, inclui a barata. (Dias, 2021, p. 14)

O último elemento do discurso da estupidez a ser inserido na fórmula do discurso do capitalista é a barata; explicando brevemente, o elemento da barata proposto por Mauro Mendes Dias é inspirado da obra literária de Ian McEwan²⁶, em que a barata encarnava um político populista de extrema direita. A barata aqui simboliza os seres barata, que exploram com o uso da força ilegal o povo, despertando nojo, repugnância, ódio e medo em muitos, e, ao mesmo tempo, têm valor encantatório em outros. A barata também carrega o sentido do que, como o inseto, reaparece quando achamos que tínhamos nos livrado, o que bate asas quando achávamos que tinha morrido; portanto, o grotesco, o fascismo, aquilo que retroalimenta o estúpido. (Dias, 2021)

²⁶ "A Barata" de Ian McEwan é uma sátira política. Inspirada em "A metamorfose" de Franz Kafka, o livro inverte sua trama, trata-se de uma barata que, se metamorfoseando em humano, se torna o primeiro ministro da Grã-Bretanha. Nesta obra, McEwan dá tratamento literário irônico ao *Brexit*, satirizando a extrema-direita populista. No livro, o *Brexit* é representado metaforicamente pela implementação de uma política ainda mais absurda, a implementação da Lei do Reversismo. Política que pretende remodelar todo o funcionamento da economia, assim as pessoas pagarão para trabalhar e ganharão para consumir; nem a oposição, os dissidentes de seu próprio partido ou as regras da democracia parlamentar poderão deter o primeiro ministro.

Esse circuito explicita a relação entre as vociferações e o terreno fértil para o vociferante reproduzir o discurso da estupidez no laço social regido pelo discurso do capitalista. Há um encaixe entre esses dois discursos. Também articula o discurso de ódio proferido em esferas particulares e na política; em ambas o que ocorre são manifestações de violência.

Levando em conta a simultaneidade do social e do individual, a elaboração do discurso da estupidez esclarece o discurso de ódio proclamado em esfera pública e particular, por parte de governantes e civis em relações sujeito-grupo, ou interpessoais. Todos inseridos no mesmo laço social regido pelo discurso do capitalista. Há uma relação do fenômeno das vociferações, do discurso da estupidez, que podemos interpretar como a violência, e a queda do patriarcado, como localizado na primeira parte deste trabalho.

2.2 As identificações e a violência

Para além da violência falada, caracterizada neste trabalho a partir das vociferações, a violência em ato não emerge de lugares muito diferentes. Não é tão simples circunscrever a violência a partir da psicanálise porque não existe um conceito propriamente psicanalítico constituído para ela. Isso não impede que o saber analítico contemple a questão da violência na sociedade. A psicanálise se interroga a respeito das formas de sintoma e mal estar na atualidade. Portanto é possível e válida a interpretação do problema social da violência, entendida aqui, em termos gerais, como "...o exercício de um poder ou de uma força sobre um outro, contra sua vontade e sem seu consentimento". (Júnior; Besset, 2010)

A atualidade é caracterizada por uma violência insistente. A narrativa midiática sobre a violência diária nos leva a intuir que este momento da história do mundo seria mais violento que os anteriores. No entanto, o fato é que o mundo não é sem violência, ela sempre existiu. Há como registro as grandes guerras, os assassinatos bíblicos, as contribuições de Platão sobre o homem tirânico, o mais violento, que possui todos os vícios. Por este motivo, Freud, em seus textos, coloca a violência na origem da civilização. O mundo não é sem violência. De forma que o que é relevante aqui é apontar o que há de peculiar na violência contemporânea, situada a partir da decomposição da ordem patriarcal, que consistem em ela estar relacionada ao declínio de referências simbólicas e às exigências de gozo. (Ibid.)

Olhar para esse registro é central no tema, pois a decomposição da ordem patriarcal promove o esvaziamento de lugares sociais pré definidos, na falta de identificação com

lugares sociais, simbólicas, portanto, há maior incidência de identificações narcísicas, imaginárias. A importância atribuída por Lacan às identificações simbólicas, se deve pelo motivo de que elas permitem um certo grau de indeterminação para o sujeito, justamente porque os lugares sociais se tratam de funções, modos de relação. (Safatle, p. 29)

É o tipo de identificação imaginária que o sujeito experimenta no estágio do espelho e a agressividade, então, se dá como parte dos movimentos de um psiquismo em formação. Portanto, para Lacan (1948/1998, p. 112-122), a agressividade é tendência correlativa ao modo de identificação narcísica.

Pretérito a Lacan, Freud faz alusão a esse tipo de identificação em seu texto "Psicologia das massas e análise do eu". Dedicado à psicologia social, esse texto foi escrito em 1921, após Freud já ter confeccionado o conceito de pulsão de morte, portanto, já partindo da compreensão de que existe uma força destrutiva na constituição pulsional do ser humano. É parte do paradigma de Gustav Le Bon²⁷ sobre as massas, para o autor, o simples fato de indivíduos comporem uma massa os dota de uma alma coletiva, que os faz sentir e pensar de forma diferente do que fariam se não a compusessem. (Sadala, 2022)

Nesse texto, Freud relaciona a radicalidade da massa ao que viria a ser nomeado por Lacan como o registro do imaginário e aponta a falta da racionalidade da massa no que diz respeito à realidade, o que sugere que a massa nega a verdade em detrimento à crença.

A massa é extraordinariamente influenciável e crédula; é acrítica, o improvável não existe para ela. Ela pensa por imagens que se evocam umas às outras associativamente, tal como elas se apresentam ao indivíduo durante os estados de livre fantasiar [freien Phantasierens], e que não são medidas por nenhuma instância racional no que diz respeito à conformidade com a realidade. Os sentimentos da massa são sempre muito simples e muito exagerados. A massa não conhece, portanto, nem a dúvida nem a incerteza. (Freud, 2020, p. 147)

A massa não se trata de um simples agrupamento de pessoas, pelo menos não enquanto essas pessoas ainda não tiverem ligações afetivas entre si e com o seu líder. No entanto, em qualquer multidão de seres humanos se manifesta com facilidade a tendência à formação de uma massa psicológica. O líder da massa pode ser substituído por uma ideia condutora, como o que acontece na massa religiosa. Esse líder ou ideia condutora pode

²⁷ Médico e sociólogo francês autor de "Psicologia das Multidões" (Sadala, 2022)

unificar a massa inclusive de maneira negativa, como o que acontece com a massa que se forma a partir do ódio contra uma determinada pessoa ou instituição. (Ibidem, p. 172-173)

A partir da conduta humana, Freud aponta que há a prontidão para o ódio e para a agressividade nos seres humanos. Olhando para as aversões e repulsas que emergem contra estranhos, reconhece um narcisismo que "anseia por autoafirmação e que se comporta como se a ocorrência de uma irregularidade em suas formações individuais trouxesse consigo uma crítica a elas e uma convocação a reconfigurá-las." (Ibidem, p. 175) A intolerância contra o outro desaparece na massa em relação aos seus constituintes entre si, nela os indivíduos se conduzem como homogêneos. Portanto há uma restrição do amor próprio narcísico entre os indivíduos na massa, o que se deve às ligações libidinais entre eles. (Ibidem, 177)

As limitações ao narcisismo entre os indivíduos da massa que não ocorrem fora em relação a quem está fora dela, de maneira que a massa pode demonstrar agressividade contra os sujeitos que são insolúveis a ela.

Na configuração das massas é central a ideia de identificação que é, para a psicanálise, a forma mais antiga de ligação afetiva com uma outra pessoa. Ela tem papel fundamental na pré-história do complexo de Édipo, portanto na inserção do sujeito na linguagem. A identificação para Freud apresenta duas ligações psicologicamente distintas, de perturbação mútua, compreendendo a ligação com a mãe, um investimento de objeto, e a identificação com o pai, uma identificação como modelo. No avanço da vida psíquica, há uma unificação, essas ligações se encontram e essa confluência gera o complexo de Édipo normal. (Ibidem, p. 178)

O pequenino percebe que, em relação à mãe, o pai está em seu caminho; sua identificação com o pai assume agora uma tonalidade hostil e se torna idêntica ao desejo de igualmente substituir o pai junto à mãe. A identificação é justamente ambivalente desde o início; ela pode tornar-se expressão tanto da ternura quanto do desejo de eliminação. Ela conduz-se como um derivado da primeira fase oral da organização libidinal, na qual o objeto cobiçado e apreciado foi incorporado através do ato de comer e assim foi aniquilado como tal. (Ibidem, p. 178)

O destino da identificação é perdido de vista posteriormente. Da mesma forma pode ocorrer a inversão do complexo de Édipo, ao tomar o pai como objeto. Ou seja, o pai pode ser

aquilo que o sujeito gostaria de *ser* ou de *ter*, o que faz a ligação recair no sujeito ou no objeto do Eu. O importante é que a identificação busca configurar o próprio Eu de maneira semelhante ao outro como modelo. A identificação está na formação neurótica do sintoma, ao se tratar de uma introjeção em que o Eu pega do objeto características para si. Assim o Eu pode copiar a pessoa não amada ou a pessoa amada, em ambos os casos a identificação é parcial e limitada e tomando emprestado um traço da pessoa-objeto (Ibidem, 179-180).

A identificação ainda pode surgir quando é percebido um elemento em comum com uma pessoa que não é objeto das pulsões sexuais. Quanto mais importante for esse elemento, mais bem sucedida será a identificação. A identificação entre os indivíduos de uma massa entre si é justamente essa, o elemento comum tem relação na ligação da massa com o líder. (Ibidem, p. 180)

Ele, o líder, ocupa o lugar de Ideal do Eu para os indivíduos da massa. Trata-se de uma instância psíquica que se separou do Eu, herdando o narcisismo originário infantil, no qual o Eu bastava a si mesmo. O Ideal do Eu tem as funções de auto-observação, consciência moral, censura onírica e a influência principal do recalçamento. O Ideal do Eu também é capaz de empregar a satisfação para a pessoa quando o seu Eu não a empregar. Freud associa a sua origem a partir da influência das autoridades, sobretudo a dos pais. (Ibidem, 184)

Por fim, Freud relaciona o líder da massa ao pai primevo da horda originária, a partir do caráter coercitivo da formação de massas que se manifesta em seus fenômenos de sugestão. A massa quer ser dominada por um poder irrestrito, ela tem sede de submissão. Assim como o Ideal do Eu domina o Eu. Assim a hipnose pode ser caracterizada como uma massa de dois, a sugestão hipnótica não se baseia na percepção ou no trabalho do pensamento, mas numa convicção firmada sobre uma ligação erótica. (Ibidem, 206)

A partir das correlações apontadas, é possível concluir que a violência pode assumir a roupagem de um fenômeno de massa nos termos freudianos. Ela pode entrar em cena a partir da eleição de um líder como pessoa, seja como pessoa que exerce um papel autoritário, como no caso dos regimes totalitários, em que a massa emprega a violência contra os dissidentes do regime. Ou enquanto ideia condutora a partir da qual a massa destina o ódio para os sujeitos alheios ao seu sistema de identificação, ou seja, os que não se curvam ao mesmo Ideal do Eu. Assim, como num fenômeno de massas, a partir da dinâmica de identificações supracitadas, o sujeito suspende a sua individualidade, e a racionalidade que é marcada pela fala.

Dias (2012) diz ao ser perguntado sobre o ódio e a agressividade, também retoma o tema das identificações:

Se a agressividade se refere ao espelho e ao tensionamento mesmo porque ela surge como meio de tentar manter o triunfo do Eu a qualquer custo. Em contrapartida, o ódio surge como uma reação do sujeito, posta em ato de um fracasso da imagem em dar conta de ser significativa. Entendendo desde então que essa imagem abalada é a referência na qual o sujeito sustenta o seu si mesmo. E, a depender do tipo de discurso do qual ele participa, o si mesmo pode ter se amalgamado ao de outros, de maneira a que qualquer diferença seja recusada, pelo ódio. (p. 49-50)

O problema do potencial violento desse tipo de identificação no contexto social se amplifica na atualidade. A agressividade adquirida na dialética com os outros, como explicada a partir do estágio do espelho, encontra terreno fértil em uma sociedade pautada por identificações narcísicas e tem relação com o ódio que comparece quando essa imagem que tenta dar conta do seu ser é abalada. Observa-se um fio condutor entre o paradigma das identificações narcísicas na violência contemporânea e o ódio.

A partir do declínio da ordem patriarcal, articulado no declínio da função paterna, o sujeito estaria mais propício à promoção da violência como uma expressão do sem sentido, daquilo que ele não consegue simbolizar. Ou seja, os atos violentos seriam consequências dos escassos recursos simbólicos, dessa violência não encontrar outras formas de se dizer frente ao sem sentido, ao real. O real escapa o imaginário e é irreduzível à palavra, no entanto, ele só pode ser abordado por meio do simbólico. (Júnior; Besset, 2010)

3. A quem a violência se destina

Pode-se concluir até agora que a violência expressiva tem relação com a escassez simbólica, este resultado do enfraquecimento de um significante que ancore as significações outrora inserido pela função paterna que se modificou a partir das mudanças sociais como abordado nos dois capítulos anteriores. Ainda, o declínio da função paterna, acarretado pelos movimentos na cultura citados anteriormente, resultou na primazia do gozo sobre o desejo, a perda da legitimidade das instituições, a perda dos limites. (Navarro, 2011). A necessidade de se satisfação imediata sem alívio de tensão resulta em terreno fértil para a violência, a partir do ódio desempenhado contra esses sujeitos por representarem de alguma forma a diferença. O ódio é um afeto sentido no corpo, o que possibilita a satisfação pelo gozo. (Dias 2012, p. 38-39)

Assim, há uma relação entre o paradigma da violência específica contra as mulheres e população LGBTQIA+, como expressada atualmente, e as mudanças sociais após metade do século XIX, como já exposto. Os direitos conquistados e as práticas sociais agora efetuadas por parte desses grupos desenham um novo quadro social distinto daquele anterior que capturava a sociedade do século XIX, ou pelo menos da sua versão idealizada no imaginário social. Diante desse contraste entre a nostalgia de um tempo que nunca aconteceu e as mudanças sociais protagonizadas por esses grupos, são eleitos os hereges a quem se empenha o ódio em destruí-lo. Destruir o herege significa destruir aquele que escolhe, que vem de Outro lugar, sem ter as mesmas referências, assim suscetível a causar surpresa e divisão, introduzir fracassos e impossibilidades. (Dias, 2020, p. 42) O herege pode ser entendido como aquele alheio à massa.

Conclui-se que violência sem sentido tem forte relação de sua gênese com o ódio e se manifesta, frente aos escassos recursos simbólicos para dizê-la de outra forma, é articulada em violência verbal, caracterizadas, no capítulo anterior, como as vociferações e violência física, a passagem ao ato físico a partir da agressividade. Assim, para o final da caracterização das contribuições da psicanálise para a arquitetura desse *télos* a que se propõe este trabalho, cabe explorar por que a violência gerada a partir das mudanças sociais que desenham a queda do patriarcado como era entendido até o século XIX miraria de maneira expressiva em mulheres e na população LGBTQIA+.

3.1 A heresia

A partir das contribuições do capítulo anterior, pode-se identificar como elemento nuclear da violência o ódio. Este afeto sentido no corpo é o que dá condições propícias para as vociferações. O ódio também está presente na constituição do sujeito, enquanto desprazer ao conhecer a dimensão exterior; portanto muito presente numa sociedade com predominância de identificações narcísicas. Assim, esse afeto serve como fio condutor para explorar o motivo do direcionamento da violência contra as mulheres e população LGBTQIA+.

Nesse sentido o ódio contra o que se apresenta como uma heresia em relação à crença dos vociferantes e o ódio que se funda contra a mudança, são muito similares, pois o segundo se trata de comparecer defendendo um tempo mentiroso que nunca existiu do jeito que é contado, que não se trata de uma verdade, sendo também uma crença (Dias, 2021, p. 63). Portanto, é possível inferir que o ódio despertado contra o herege resume os ódios citados no capítulo anterior. O herege entendido aqui como aquele que se encontra fora ou que desafia as crenças do sujeito odioso. Para finalizar o nexos causal entre a queda do patriarcado e a violência contra as mulheres e população LGBTQ+, cabe investigar a heresia que esses sujeitos representam contra o passado idealizado do patriarcado pleno.

O quadro social mudou em direção a uma pluralização dos nomes do pai e de outras formas de existência em evidência. Isso não se deu sem esforços, os movimentos sociais no Brasil emergiram, no entanto, acompanhados de retrocessos inimagináveis, dos quais destaca Bonfin (2020) "a proposta de "cura gay"; a exacerbação do ódio e do preconceito contra homossexuais, manifestados publicamente; o crescente número de assassinatos de travestis e transexuais; o aumento da popularidade de figuras políticas e religiosas que sustentam discursos de intolerância que flertam com a homofobia e o racismo; e, sobretudo, a exacerbação das manifestações machistas odiosas e o aumento da violência dirigida às mulheres."

Nesse cenário descrito dos últimos anos, é possível verificar o ódio, que é fruto da insegurança social, ocasionada por múltiplos fatores, emergir como política. Esse afeto passa a ser instrumentalizado para mobilizar e dar suporte a políticas autoritárias, num esforço de retorno ao pai, não aceitando o vazio no lugar da autoridade. (Bonfin, 2020)

O que une esses grupos, as mulheres e a população LGBTQ+, para além de serem agentes de mudança social, ou seja, aqueles que se situam em lugares alternativos aos destinados a eles pela crença dos vociferantes, que preenchem o contraste entre o passado idealizado e o agora, seria, em termos psicanalíticos o seu modo de gozo.

3.2 Corpos atravessados pelo feminino

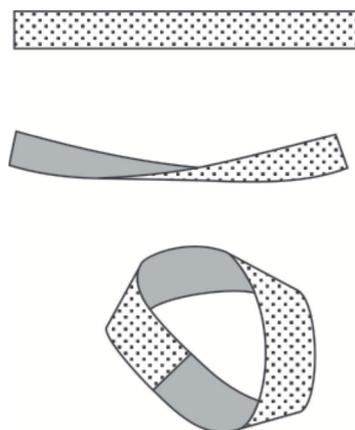
O sujeito do individual é sempre coletivo. Por isso, a relevância de tratar o gozo como um fator político, da mesma forma que se elabora a questão do sujeito na particularidade, a sua relação com o exterior se coloca em termos sociais. As elaborações que dão fundamento ao sujeito se emprestam ao laço social. Assim, o gozo, ou o ódio, como fator político se apresenta a partir da relação do interior com o exterior, sendo que esse exterior desperta o ódio. Quanto mais o sujeito está fechado no dito interior, na referência do imaginário egoico, mais o que vem do exterior é rejeitado. Quanto mais uma comunidade humana é fechada em si mesma, mais odiosa ela se apresenta para um estrangeiro, podendo adorar um Deus que prega o amor e levar para a fogueira o estrangeiro pagão. (Dias, 2012, p. 36-37)

Desvendar a violência passa por entender o que seria essa relação do interior com o exterior e o que psicanaliticamente seria substancial para a caracterização dessa diferença, o que preenche a heresia.

A psicanálise bebe de vários saberes mas não pode se valer da geometria euclidiana, com suas formas extremamente rígidas do ponto de vista lógico e de sua construção. Nas formas euclidianas, como num quadrado, ou um cubo, há sempre divisão, uma polarização, entre dentro e fora, lado direito e lado esquerdo. No século XIX, uma outra geometria se propõe a pensar os objetos que não padecem dessa limitação. A Topologia - *topos e logos*: lógica dos lugares ou discurso sobre os lugares - que não tem regragem dura e quantitativa como a Euclidiana. O que interessa é a localização relativa entre os pontos, uns com os outros. Uma geometria flexível, de borracha, que permite a construção de objetos geométricos não têm essa característica de divisão necessariamente operando, não dividem o espaço em duas porções, não constituem duas faces ou dois lados da mesma coisa. (Magno, 2008, p. 55-59)

Assim, para a psicanálise, o dentro e o fora, a dimensão interna e externa não tem uma divisão certa e rígida como nas figuras euclidianas. A coisa se localiza de maneira topológica. Na elaboração do ensino de Lacan, isso foi ilustrado por meio da Banda de Moebius, apelidada por ele de contrabanda.

Figura 8 - Banda de Moebius



(Magno, 2000, p. 60)

Um matemático chamado Moebius, no final do século XIX, tomou uma faixa destas e, ao invés de fechá-la da maneira direta e obter um cilindro euclidiano, fez uma torção de 180 graus e fechou o lado cinza... com o pontilhado. Vejam que aconteceu algo estranho, houve uma passagem em continuidade do cinza para o pontilhado e do pontilhado para o cinza. Ele construiu a superfície que os matemáticos costumam chamar de faixa, cinta, fita ou **banda de Moebius**. (Magno, 2008, p. 59)

O que seria dentro, pontilhado, se mescla com o que estaria fora, o cinza. Pode parecer estranho graficamente, mas essa figura exprime a relação íntima do interior com o exterior na psique humana por, dentre outros fatores, ter apenas uma face, nela não existe uma separação entre dentro e fora.

No caso de sua versão euclidiana, o cilindro, a relação seria sem dialética, sem uma implicação entre o dentro e o fora, o eu e o Outro. A contrabanda ou banda de Moebius representa essa íntima implicação do eu com o Outro, é o que Lacan chamou de "extimidade". O estranho familiar, algo que está no âmago do eu, mas que é alheio ao sujeito, o que está no exterior e é íntimo, o "êxtimo". (Seganfredo; Chatelard, 2014)

O ódio destinado às mulheres, então, pode ser entendido como o ódio contra a sua forma de gozo. A noção de extimidade esclarece melhor de onde viria esse afeto. A intolerância contra o gozo do Outro se dá na medida que esse gozo aponta para aquilo que é

subtraído do sujeito, isso retoma o estatuto profundo do objeto é ter sido sempre roubado pelo Outro. O roubo de gozo é traduzido pelo matema da castração. Assim, se o Outro está dentro do sujeito, numa posição de extimidade, o ódio contra o gozo do Outro é o ódio contra o próprio gozo. (Miller, 2010, p. 55)

O ódio historicamente dirigido às mulheres se inscreve a partir da alteridade que elas encarnam. O feminino, no ensino lacaniano, comporta um modo de gozo enigmático e inapreensível, característico da modalidade de não-todo referido ao falo, representado graficamente por Lacan no Seminário 20 na tábua da sexuação. Qualquer ser falante se inscreve então de um lado ou de outro. (Lacan, 1972)

Figura 9 - Tábua da sexuação

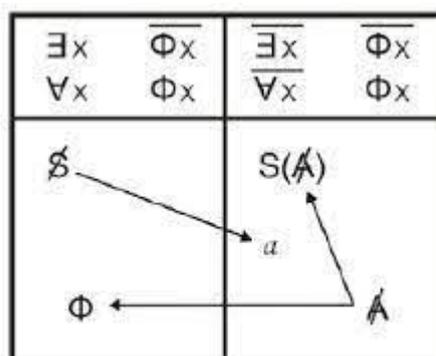


Figura: Recuperado de Lacan (1972-1973/1985, p. 105)

A partir desse seminário de Lacan, Bonfin (2020) sustenta que o sujeito ataca o modo de gozo do Outro pela suposição de defender a sua própria forma de gozo. O que é um profundo engano, pois não há garantias, cabe a cada um lidar com sua modalidade particular de gozo, fruto de sua aposta singular.

O feminino comporta um excesso, que a cultura tenta conter. Na educação, é comum impor restrições, vigilância e modulações ao gozo feminino, veiculando o objetivo de conter o que para os homens é um excesso. (Bonfin, 2020)

O gozo fálico, por ter caráter significante e permitir um saber fazer com o gozo – ao contrário do Outro gozo que, por ser fora-do-sentido arrasta o sujeito para fora de si, faz com que o sujeito evite o gozo feminino para não comprometer o funcionamento fálico tão necessário ao sintoma. O gozo fálico é então defendido frente a gozos estranhos, ameaçadores para seu domínio estabelecido. Assim, na própria divisão

de cada *fallasser*, o gozo fálico é situado em uma posição de poder e superioridade. (Bonfin, 2020)

O feminino é uma ameaça à estrutura vertical de poder. A dinâmica pautada pela extimidade não se dá apenas no corpo, ecoando também no corpo social. Um grupo pode adotar uma forma de gozo e combater o Outro gozo que não assimila. (Bonfin, 2020)

A passagem ao ato agressivo contra corpos que expressam feminino se explica pelo fato do feminino ser o que foge à identificação desses agentes. O ódio se direciona contra aqueles que vivem uma experiência de gozo diferente; e encontra terreno fértil numa sociedade pautada pelas identificações narcísicas. A partir disso, ele é articulado em ato violento, quando o sujeito tenta atingir no outro aquilo que não integrou a sua própria alteridade na imagem narcísica e unitária do Eu. A diferença, o Outro enquanto alteridade, aparece como um ponto irredutível diante do qual ocorre a passagem ao ato violento. (Bassols, 2012)

O feminino é elemento insolúvel ao conjunto de representações dispostas na imagem narcísica desse Eu. É uma tentativa de tentar golpear no outro o que o sujeito não pode simbolizar, articular em palavras sobre si. Por esse motivo, o gozo feminino, que é comum aos corpos vítimas desse tipo de violência, gera estranhamento e horror. Na esfera cultural ele não é assimilado no sistema de identificações regido pelo imperativo mais-gozar, masculino, circunscrito pelo falo. Gozo este finito, localizável. O gozo feminino, embora se articule também ao falo, tem uma outra parte, suplementar, não localizável e, portanto, infinito. (Riguini; Marcos, 2018)

Ainda, há uma especificidade contemporânea em relação ao ódio que os corpos atravessados pelo feminino podem despertar. Historicamente, há uma aproximação por parte das mulheres em relação ao falo. O mesmo acontece, em proporções distintas, com as pessoas LGBTQ+. Para além do horror ao feminino, é possível que haja uma disputa em curso pelo poder de falar. A violência contra esses sujeitos, portanto, é conservadora, buscando reestabelecer a exclusividade do homem sobre o falo. (Silveira; Silva; Leiria, 2023)

É importante situar que o feminino psicanalítico não é sinônimo de feminilidade, ou de um atributo inerente às mulheres. Ele representa a alteridade.

O feminino, como distinto da feminilidade representável em diversas figuras fálicas, não é o gênero feminino, mas que tem a virtude do neutro, mais além do gênero, da significação, dos sexos como representáveis. Neutro quer dizer que escapam a essa lógica do significante que diferencia masculino e feminino. O neutro tem a terminação no masculino singular, porém é só um semblante. Decididamente o feminino escapa à linguagem. Outro detalhe gramatical importante do feminino é que não admite plural.

Inevitavelmente a linguagem e a sugestão das significações que induz o significante, nos leva a pensar a diferença masculino-feminino como uma diferença natural, mas é a linguagem quem nos sugestiona, porque o significante é a diferença mesma. Sendo assim, o famoso artigo de Freud "Algumas consequências psíquicas da diferença sexual anatômica"⁷ deveria, em realidade, ter como título "Algumas consequências psíquicas da percepção e simbolização da diferença sexual anatômica", porque sem a linguagem não haveria possibilidade de situar essa diferença. Não só isso, o problema é que a linguagem nos induz a pensar que a diferença masculino-feminino seria feita de simetria e reciprocidade. A verdadeira diferença sexual não é a diferença significante, é – como destaca Lacan – a diferença do sexo e do gozo como Outro, como alteridade radical para cada sujeito. (Bassols, 2017)

Assim, a violência contra as mulheres e a população LGBTQ+ pode ser traduzida como uma violência contra o feminino. As vítimas desse tipo de violência despertam o ódio contra aqueles que vivem uma experiência de gozo diferente, que representam o excesso, que não se inserem nas crenças, ou nas representações que constituem o Eu do sujeito que comete a violência. Frente ao declínio da ordem patriarcal, há uma reação violenta pautada na defesa da hierarquia entre os sexos, entre as formas de existência, bem como um rechaço à diferença, como um esforço a um retrocesso.

Conclusão

Os índices altíssimos de violência contra as mulheres e sujeitos LGBTQ+ na atualidade, compõem o que o sociólogo Wieviorka (1997) conceitou como "violência na crise". Em contraposição com o que ele chama de "violência no conflito" ela não se baseia na como instrumento de interação entre os agentes que opõem, que reconhecem como comum seus problemas, mas que fazem parte de um sistema de vida. A violência na crise é um elemento disruptivo, de um sistema em dificuldade que não se reconhece mais, ela é baseada em uma não relação. Portanto, para ele, se trata de uma violência sem uma justificativa, sem um *telos*.

A partir da psicanálise, entendemos que há sempre um *telos* na violência. Este trabalho se fundou na hipótese de que a violência contemporânea contra as mulheres e pessoas LGBTQ+ tem relação com a queda da ordem patriarcal. A decomposição dessa ordem comporia o *telos*, a justificativa dessa violência que se grita de forma injustificável.

O colapso da ordem patriarcal não se deu como um fenômeno em um sistema isolado. A conquista de direitos por parte das mulheres e população LGBTQIA+, que ilustra a queda dessa ordem, promovendo mudanças no quadro social, aconteceu no desenrolar de um processo de evolução da economia capitalista e da democracia como entendida neste modelo econômico. No novo quadro social, em que esses grupos possuem mais direitos, autonomia e evidência, é paradoxal a observação de que a violência contra eles se encontra expressiva. O problema se estende ao campo da psicanálise ao passo que segue a elaboração do sintoma contemporâneo.

A partir do marco teórico da psicanálise de orientação freudiana e laciana, é possível buscar alguns nexos que apontam para essa relação. Dentre os principais fatores, destaca-se que a decomposição da ordem patriarcal promoveu uma escassez simbólica, por ocasionar a predominância de identificações narcísicas na atualidade. Elas contêm maior potencial violento por serem imaginárias, correlativas à agressividade.

Além disso, a mutação do discurso do mestre que rege o atual laço social é o discurso do capitalista que insere o imperativo mais de gozar. A satisfação é regra. O mais-gozar fomenta a violência na sociedade, pois o ser humano pode se empenhar em adquirir a satisfação a partir dela e das vociferações.

A violência falada entra em evidência em tempos de domínio do mundo digital. A internet é palco de inúmeras manifestações de discurso de ódio, ou melhor, do discurso da estupidez. O discurso da estupidez elucidada o funcionamento das vociferações, a fala sem voz que, portanto, não constitui outra forma de se dizer a violência. Uma das possíveis soluções

em tempos de discurso do capitalista se desenrolou no discurso da estupidez é o Direito. Não o Direito como a justiça cega, mas o Direito “...fundamentando, retomando e criticando para articular alternativas e formas de recolocar a importância da dignidade humana” (Dias, 2021, p. 53-54).

Portanto, a queda do patriarcado tem relação com o fenômeno da violência contemporânea contra esses sujeitos. A última peça para a contribuição para o *telos* da violência contemporânea contra as mulheres e grupos LGBTQ+ é o questionamento do por que direcionam a violência contra esses grupos e o que eles têm em comum.

A partir do caminho desenvolvido nesta pesquisa, verificou-se o ódio como o fio condutor que destina a violência contra esses sujeitos. Esse afeto é o que constitui o terreno fértil para as vociferações e está intimamente ligado à agressividade, desde a constituição do sujeito. O ódio, como desprazer, se inaugura na experiência subjetiva ao sujeito se confrontar com o externo; esse ódio é recoberto ao encontrar o que representa a alteridade. Como alteridade, nas contribuições sobre o discurso da estupidez, se destaca o herege, aquele que é alheio às crenças do sujeito vociferante.

O rastro que a ordem patriarcal deixou a idealização de um passado que nunca existiu da maneira como é lembrado. O contraste do quadro social entre o atual e o anterior é preenchido pelas mulheres e pela população LGBTQ+, que ocupam outros lugares em relação ao passado. Assim, esses grupos constituem os hereges em relação à crença do passado idealizado, despertando o ódio.

Para além desses grupos estarem em evidência, o ódio contra eles é despertado como um ódio contra o feminino psicanalítico. O ódio contra o gozo feminino emerge como um ódio ao próprio gozo fálico, à medida que o feminino aponta o gozo subtraído do sujeito. E é amplificado em uma sociedade pautada por identificações narcísicas, pois o feminino encarna a alteridade, e esta não integra a unidade narcísica e unitária do Eu.

A escassez simbólica perpassa todo o problema da violência contemporânea, de forma que reduzir a cativação pelo ódio dependerá de um esforço conjunto, buscando a "(...)reconquista do gosto pelas palavras que encantam os corpos suscetíveis de indignação e mudança". (Dias, 2020, p. 94)

Com a psicanálise, enfim, aprendemos a caminhar não sem a violência, mas a dar um passo a mais e convidá-la a falar uma nova língua. (Guerra, 2014)

Referências bibliográficas

- Alvarenga, E. (2015). As mulheres e a violência de nossos tempos. *Opção Lacaniana online*.17, 1-12. Disponível em:
<http://www.opcaolacanianana.com.br/pdf/numero_17/As_mulheres_e_a_violencia_de_nosso_tempo.pdf>
- Baroni, Mara. **O declínio da função social do pai e o discurso do capitalista**: gadgets, os novos objetos fêchetes da contemporaneidade. 2019. 174 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia, Instituto de Psicologia, Unb, Brasília, 2019.
- Barros-Brisset, Fernanda Otoni de. Direito e Psicanálise: controvérsias. In: GUERRA, Andréa Máris Campos; FERRARI, Ana Terra Rosa; OTONI, Marina Soares. **Direito e Psicanálise**: controvérsias contemporâneas. Curitiba: Editora Crv, 2014. p. 15-24.
- Barros, Flávia Leite do Rêgo *et al.* A decadência da sociedade patriarcal e sua influência nas entidades familiares. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, Criciúma, v. 6, n. 1, p. 31-48, 31 jan. 2020. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*. <http://dx.doi.org/10.29327/211653.6.1-3>.
- Bassanezi, Carla. Mulheres nos anos dourados. In: PRIORE, Mary del. **História das Mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 710-748.
- Bassols, M. (2012). La violencia contra las mujeres: Cuestiones Preliminares a su tratamiento desde el psicoanálisis. Disponível em < [Desescriu: La violencia contra las mujeres \(miquelbassols.blogspot.com\)](http://miquelbassols.blogspot.com) >
- Bassols, Miquel. O feminino, entre centro e ausência. **Opção Lacaniana**, [S.I.], v. 23, n. 8, p. 1-15, jul. 2017.
- Bomfim, Silvano Andrade do. Homossexualidade, Direito E Religião: Da Pena De Morte À União Estável. A Criminalização Da Homofobia E Seus Reflexos Na Liberdade Religiosa. *Revista Brasileira de Direito Constitucional*, São Paulo, n. 18, p.71-103, 01 dez. 2011. Disponível em <

[http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-18/RBDC-18-071-Artigo_Silvano_Andrade_do_Bom_fim_\(Homossexualidade_Direito_e_Religio_da_Pena_de_Morte_a_Uniao_Estavel\).pdf](http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-18/RBDC-18-071-Artigo_Silvano_Andrade_do_Bom_fim_(Homossexualidade_Direito_e_Religio_da_Pena_de_Morte_a_Uniao_Estavel).pdf) >

Bonfim, Flavia Gaze. Discurso do capitalista segregação e racismo. In: BONFIM, Flavia Gaze (org.). **Leituras Psicanalíticas sobre os desafios na Atualidade**. Curitiba: Bagai, 2022. p. 149-163.

Bonfim, Flavia Gaze. Declínio viril e o ódio ao feminino: entre história, política e psicanálise // virile decline and hatred of women. **Revista Periódicus**, [S.L.], v. 1, n. 13, p. 09-24, 27 out. 2021. Universidade Federal da Bahia. <http://dx.doi.org/10.9771/peri.v1i13.35256>.

Buzolin, Livia Gonçalves. Pluralismo político: o poder judiciário e os direitos lgbt. **Revista Direito Gv**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 1-18, 2022. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2317-6172202206>.

Chaves, L. G. Minorias e seu Estudo no Brasil. *Revista Ciências Sociais*. vol. 2, num. 1, 1971. Disponível em < <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/42512/99638> >

Chemama, Roland. Um sujeito para o objeto. In: GOLDENBERG, Ricardo (org.). **Goza!**: capitalismo, globalização e psicanálise. Salvador: Álgama, 1997. p. 23-39.

Chico Anysio Show [Seriado]. Direção: Chico Anysio; Geraldo Thomé. Produção: Rede Globo. Brasil, 1982. 1982 - Episódios semanais 4 de março de 1982 - 2 de agosto de 1990.

Dias, Mauro Mendes. O discurso da estupidez. 1 São Paulo: Editora Iluminuras Ltda, 2020, 96 p.

Dias, Mauro Mendes. Entre baratas e rinocerontes. 1 São Paulo: Editora Iluminuras Ltda, 2021, 72 p.

Dias, Mauro Mendes. Os ódios. 1 São Paulo: Editora Iluminuras Ltda, 2012, 144 p.

Dignam, Pierce Alexander; ROHLINGER, Deana A.. Misogynistic Men Online: how the red pill helped elect trump. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, [S.L.], v. 44, n. 3, p. 589-612, mar. 2019. University of Chicago Press. <http://dx.doi.org/10.1086/701155>.

D'Incao, Maria Ângela. Mulher e a Família Burguesa. In: PRIORE, Mary del. **História das Mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 259-280.

Facchini, Regina. Múltiplas identidades, diferentes enquadramentos e visibilidades: um olhar para os 40 anos do movimento lgbti. In: GREEN, James N. *et al.* **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 311-331.

Facchini, Regina. *"Sopa de letrinhas" Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: Clam: Garamond, 2005.

Fink, Bruce. **O sujeito lacaniano: entre a linguagem e o gozo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

Fonseca, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: PRIORE, Mary del. **História das Mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 596-647.

Freud, S. **Cultura, sociedade, religião. O mal-estar na cultura e outros escritos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

Fry, Peter. O que é homossexualidade. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

Giulani, Paula Capellin. Os Movimentos de Trabalhadoras e a Sociedade Brasileira. In: PRIORE, Mary del. **História das Mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 749-781.

Goldenberg, Ricardo (org.). **Goza!:** capitalismo, globalização e psicanálise. Salvador: Ágalma, 1997.

Gorisch, Patrícia Cristina Vasques de Souza. **O reconhecimento dos direitos LGBT como direitos humanos**. 2013. 102 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Faculdade de Direito, Universidade Católica de Santos, Santos, 2013.

Instituto Patrícia Galvão. (2016). Dossiê sobre feminicídio. Disponível em < Agência Patrícia Galvão | Agência Patrícia Galvão (agenciapatriciagalvao.org.br) >

Jorge, Marco Antonio Coutinho. **Fundamentos da Psicanálise de Freud a Lacan vol. 1: as bases conceituais**. 5. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000

Kehl, Maria Rita. **Sobre ética e psicanálise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Kehl, Maria Rita. **Ressentimento**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

Kehl, Maria Rita. **Tempo Esquisito**. São Paulo: Boitempo, 2023.

Lacan, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

Lacan, Jaques. **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

Lacan, Jacques. **Os Complexos Familiares: na formação do indivíduo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

Lacan, Jaques. **Seminário, livro 18: de um discurso que não fosse semblante**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009

Leão, Emmanuel Carneiro. "O problema da **Poética** de Aristóteles". In: ---. **Aprendendo a pensar II**. Petrópolis: Vozes, 1992, p. 156.

Magno, Md. **A Psicanálise, Novamente**. 2. ed. Rio de Janeiro: Novamente, 2008.

Martins, Karla Patrícia Holanda et al. Reflexões sobre a função paterna no trabalho psicanalítico com crianças. *Cadernos de Psicanálise-CPRJ*, v. 32, n. 23, p. 133-143, 2010.

Miller, J.-A. Extimidad . Buenos Aires: Paidós, 2010.

Navarro, Patricio Rojas. El imaginario, narcisismo y agresividad en psicoanálisis: del joven lacan a la violencia urbana. **Affectio Societatis**, [S.L.], v. 8, n. 14, p. 1-17, 20 jun. 2011. Universidad de Antioquia. <http://dx.doi.org/10.17533/udea.affs.9513>.

Núcleo de Psicanálise e Cultura. (2022) Entre o horror e o amor: feminicídio, feminino e psicanálise. Disponível em: < <https://www.variedade.com.br/index.php/entre-o-horror-e-o-amor-femicidio-feminino-e-psicanalise> >

Prado, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade. São Paulo: Cortez, 2008.

Riguini, Renata Damiano; MARCOS, Cristina Moreira. Cinco notas sobre o feminicídio a partir da psicanálise. *Subjetividades*, Fortaleza, ed. especial, p. 1-12, 2018. Disponível em: < <https://periodicos.unifor.br/rmes/article/view/6174/pdf> > .

Roudinesco, Elisabeth. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003

Roudinesco, Elisabeth; PLON, Michel. **Dicionário de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

Sadala, Gloria. "Psicologia das massas e análise do eu": pontuações e atualizações. **Trivium**, Rio de Janeiro , v. 14, n. spe, p. 17-26, abr. 2022 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-48912022000100004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 21 nov. 2023.

Safatle, Vladimir. **O circuito dos afetos**: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

Safatle, V. Maneiras de transformar mundos: Lacan, política e emancipação. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

Silveira, Sandra Cristina da; Silva, Juliana Rego; Leiria, William Hamilton. Entre O Horror E O Amor: Femicídio, Feminino E Psicanálise. **Variedade**: Revista Do Instituto Clínico De Psicanálise Lacaniana De Santa Catarina, Florianópolis, V. 2, N. 2, P. 1-12, Mar. 2023.

Disponível Em:

<https://www.variedade.com.br/index.php/entre-o-horror-e-o-amor-femicidio-feminino-e-psic-analise>. Acesso em: 10 nov. 2023.

Silva Júnior, Jurandyr Nascimento; BESSET, Vera Lopes. Violência e sintoma: o que a psicanálise tem a dizer?. **Fractal**: Revista de Psicologia, [S.L.], v. 22, n. 2, p. 323-336, ago. 2010. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1984-02922010000800008>.

Seganfredo, Gabriela de Freitas Chediak; Chatelard, Daniela Scheinkman. Das Ding: o mais primitivo dos êxtimos. **Cadernos de Psicanálise CP-RJ**: Mutações, Rio de Janeiro, v. 30, n. 36, p. 61-70, jun. 2014.

Soihet, Rachel. Mulheres Pobres e Violência no Brasil Urbano. In: PRIORE, Mary del. **História das Mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 424-468.

Soueix, André. O discurso do capitalista. In: GOLDENBERG, Ricardo (org.). **Goza!**: capitalismo, globalização e psicanálise. Salvador: Álgama, 1997. p. 40-60.

Souza, R. R. O sistema público de saúde brasileiro. In: Seminário Internacional – Tendências E Desafios Dos Sistemas De Saúde Nas Américas, ago. 2002, São Paulo. Anais eletrônicos. Brasília: Ministério da Saúde, 2003. Disponível em: < https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sistema_saude.pdf >

Souza Santos, Boaventura de. (1999). Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Edições Afrontamento.

Tudanca, Luís. Vizinhança: um comum não recíproco. **Derivas Analíticas**, Belo Horizonte, v. 16, n. 16, p. 1-3, nov. 2021. Disponível em: < <http://www.revistaderivasanaliticas.com.br/index.php/edicao16/249-vizinhanca> >. Acesso em: 12 set. 2023.

Viva o Gordo [Programa de TV]. Direção: Cecil Thiré; Francisco Milani; Walter Lace. Produção: Rede Globo. Brasil, 1981 - 1987 - Episódios semanais 9 de março de 1981 - 15 de dezembro de 1987

Vivès, Jean-Michel. **Variações psicanalíticas sobre voz e a pulsão invocante**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2018.

Vivès, Jean-Michel. Para introduzir a questão da pulsão invocante. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, [S.L.], v. 12, n. 2, p. 329-341, jun. 2009. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1415-47142009000200007>.